



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 97

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1968

ATA DA 115ª SESSÃO, EM 17
DE JUNHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: VASCONCELOS TÔRRES, LUIZ DE BARROS E VICTORINO FREIRE.

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs Sena-
dores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Pedro Carneiro.
Meneses Pimentel.
Luiz de Barros.
Pereira Diniz.
Argemiro de Figueiredo.
José Ermírio.
José Leite.
Josaphat Marinho.
Carlos Lindemberg.
Eurico Rezende.
Paulo Tórres.
Vasconcelos Tórres.
Aurélio Vianna.
Milton Campos.
Fernando Corrêa.
Bezerra Neto.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE.

(Vasconcelos Tórres) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
21 Srs. Senadores. Havendo número
regimental declarado aberta a sessão
vai ser lida a ata.

O Sr. Segundo Secretário pro-
cederá à leitura da ata da sessão
anterior, que é sem debates apro-
vada.

O Sr. Primeiro Secretário lê o
seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República nos
seguintes termos:

Mensagem nº 216, de 1968

(Nº 330-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros
do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a
Vossas Excelências que, no uso das
atribuições que me conferem os ar-
tigos 62, § 1º, e 83, item III, da
Constituição resolvi vetar, parcial-
mente, o Projeto de Lei no Congres-
so Nacional nº 14, de 1968, que dis-
põe sobre a redução e isenção de
impostos na exportação e na impor-
tação.

Incide o veto sobre o § 3º do arti-
go 1º, por julgá-lo contrário ao inte-

SENADO FEDERAL

resse público, em face dos motivos
que passo a expor:

Na sistemática do imposto em re-
ferência, o direito de crédito sômen-
te é reconhecido na proporção do
débito respectivo. O saldo credor
eventual, apenas assegura o direito
de compensar e não obriga a resti-
tuir. A proposição além de alterar a
sistemática vigente, abriria preceden-
te que poderia ser invocado em re-
lação a outros tributos, contrariando,
destarte, o interesse público. Ade-
mais, referindo-se à parcela do im-
posto, sobre produtos industrializa-
dos, paga na aquisição de matérias
primas e produtos intermediários,
consumidos na fabricação de produ-
tos exportados, o texto envolve as-
sunto já regulado na vigente legisla-
ção.

São estes os motivos que me leva-
ram a vetar, parcialmente, o proje-
to em causa, os quais ora submeto
à elevada apreciação dos Senhores
Membros do Congresso Nacional.

Brasília em 30 de maio de 1966. —
A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a redução e isenção de
impostos na exportação e na im-
portação.

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São concedidos, às indús-
trias fabricantes e exportadores de
produtos manufaturados, estímulos
fiscais sobre suas vendas de manufa-
turas para o exterior, sob a forma
de crédito tributário calculado sobre
o valor FOB das mesmas em moeda
nacional, e a ser deduzido do valor
do imposto sobre produtos industria-
lizadados incidente sobre suas vendas
no mercado interno.

§ 1º Os fabricantes de manufa-
turas, beneficiados na forma deste ar-
tigo, ficam autorizados a deduzir, em
sua conta corrente tributária de im-
posto sobre produtos industrializados
importância correspondente a 50%
desse tributo, calculado, como se de-
vidos fosse, sobre o valor de suas ven-
das de produtos manufaturados para
o exterior e até o limite máximo de
10% sobre as mesmas.

§ 2º O crédito a que se refere o
parágrafo anterior poderá alcançar
at. 100% do imposto calculado como
se devido fosse e terá elevado seu
limite máximo para 20%, quando o
valor das exportações de produtos
manufaturados da empresa exceder
o do exercício financeiro imediata-
mente anterior, calculando-se o be-
nefício sobre as parcelas de expor-
tação excedentes.

§ 3º Os estímulos a que se refere
este artigo são concedidos sem pre-
juízo do direito de crédito, assegura-
do por lei, da parcela do imposto

sobre produtos industrializados paga
na aquisição de matérias primas e
produtos intermediários consumidos
na fabricação de produtos expor-
tados; e aos saldos credores de tribu-
to, eventualmente resultante da apli-
cação destes estímulos, será assegura-
do direito a restituição, na forma
da legislação vigente.

Art. 2º O benefício de que trata
o artigo 1º aplica-se igualmente, ao
fabricante de produtos manufatura-
dos cuja exportação seja realizada
por intermédio de firmas especiali-
zadas em exportação, cooperativas,
associações ou consórcios de expor-
tadores, devidamente registrados na
Carteira de Comércio Exterior do
Banco do Brasil S. A. (CACEX).

Art. 3º O Poder Executivo, median-
te decreto que regulamentar a pre-
sente lei, relacionará os produtos
cuja exportação deva ser incentivada
co ma aplicação dos benefícios de
que trata o artigo 1º podendo limi-
tar prazos para a aplicação dos mes-
mos e fixar níveis diferenciais de es-
tímulo, dentro dos limites desta Lei
e tendo em vista a política nacional
de exportação.

Art. 4º O artigo 10 do Decreto-
lei nº 37, de 18 de novembro de 1966,
aprovado de três parágrafos passa
a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Aos produtos isen-
tos do imposto de importação na
forma prevista neste capítulo,
poderá ser concedida isenção ou
redução do imposto sobre produ-
tos industrializados, nos termos
limites e condições previstas nes-
te artigo e em regulamento a
ser baixado pelo Poder Execu-
tivo.

§ 1º As importações destinadas
à União, Estados, Municípios e
Distrito Federal, bem como às
Autarquias e demais entidades de
direito público interno, ficam
também sujeitas às normas pre-
vistas neste artigo.

§ 2º O Poder Executivo, em re-
lação a empresas produtoras de
bens industriais, poderá condi-
cionar a isenção ou redução a
exportações compensatórias.

§ 3º As disposições deste artigo
aplicam-se aos casos previstos em
leis específicas que autorizam a
isenção do imposto sobre produ-
tos industrializados nas importa-
ções de equipamentos para seto-
res de produção determinados,
dependendo de lei prévia a am-
pliação de período e das condi-
ções e espécies das isenções.”

Art. 5º É concedida isenção do
imposto de importação e do im-
posto sobre produtos industrializados,
para os aparelhos especiais destina-
dos à adaptação de veículos com a
finalidade de permitir sua utilização

por paraplégicos ou pessoas portado-
ras de defeitos físicos que as impos-
sibilitem de utilizar veículos comuns.

Parágrafo único. A importação
dos aparelhos de que trata este ar-
tigo somente se beneficiará com a
isenção quando se constituir de ma-
terial nacional, importado direta-
mente pelo interessado ou pelas em-
presas nacionais fabricantes de veículos
automóveis, para utilização nos li-
mites deste artigo.

Art. 6º Nos casos legalmente pre-
vistas, de isenção do imposto de im-
portação a ser declarada por ato do
Poder Executivo, poderá este deferir
o benefício apenas em parte, limi-
tando-o à redução do referido tri-
buto, tendo em vista os interesses da
política nacional de importação e
de acordo com normas estabelecidas
em regulamento a ser baixado por
decreto.

Art. 7º O Poder Executivo, no pra-
zo de noventa (90) dias baixará a
regulamentação da presente lei.

Art. 8º O Poder Executivo reme-
têrã semestralmente ao Congresso
Nacional relatório com a avaliação
dos resultados da aplicação desta
Lei, discriminando as empresas be-
neficiadas com os estímulos fiscais
constantes do artigo 1º, o valor dos
benefícios utilizados e as variações
ocorridas em seu movimento de ex-
portação de manufaturas, em re-
lação aos dois semestres anteriores.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

OFÍCIO:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara
dos Deputados, submetendo à revi-
são do Senado, autógrafo do segun-
to projeto:

Projeto de Lei da Câmara Nº 88, de 1968

(Nº 1.315-B-68, NA CÂMARA)

Dispõe sobre os proventos da aposen-
tadoria no regime de produtividade
instituído pela Lei nº 4.491, de 21
de novembro de 1964, e dá outras
providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A parte suplementar da
produção dos servidores do Departa-
mento de Imprensa Nacional, a que
se refere a Lei nº 4.491, de 21 de
novembro de 1964, será incorporada
aos proventos da aposentadoria, a
razão de 1/30 (um trinta avos) por
ano de serviço, contado a partir da
vigência da mesma Lei, fixado o valor
da parcela incorporável na média
mensal da produção suplementar do
servidor, calculada no biênio imedia-
tamente anterior à aposentadoria.

Parágrafo único. A gratificação
pela produção suplementar média

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

ser considerada para efeito deste artigo não poderá exceder o valor da gratificação percebida pelo servidor no momento da aposentadoria, iminente, em qualquer caso, ao vencimento do servidor.

Art. 2º Para efeito do pagamento da parte suplementar da produção nos períodos de afastamento considerados de efetivo exercício pela legislação vigente, será pago ao servidor o valor médio mensal do que haja produzido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao afastamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PARECERES

Parecer nº 508, de 1968

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 30-68 (nº 53-B-67, na Câmara), que ratifica o texto da Convenção número 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Sr. Corrêa da Costa.

O Sr. Presidente da República, com a Mensagem nº 199, de 27 de abril de 1966, submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua quadragésima sexta sessão.

Em Exposição de Motivos de 14 de abril de 1966, o Sr. Ministro das Relações Exteriores nos dá as razões que determinaram e justificam a adoção das medidas preconizadas, as quais, não restam dúvidas, encontram respaldo na mais absoluta reciprocidade.

Opinamos, assim, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1968 — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Fernando Corrêa da Costa**, Relator — **Aloysio de Carvalho Filho** — **Aurélio Vianha**, com restrições — **Pessoa de Queiroz** — **Wilson Gonçalves** — **Menezes Pimentel** — **José Leite** — **Arnon de Mello** — **Antônio Carlos** — **Filinto Müller**.

Parecer nº 509, de 1968

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 30, de 1968 (nº 53-B-67 na Câmara), que ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Sr. Atilio Fontana.

Com a Mensagem nº 199, de 1967, o Sr. Presidente da República encaminha à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 118 sobre a "igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social", adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua quadragésima sexta sessão.

2. Em Exposição de Motivos ao Sr. Presidente da República, anexa à Mensagem, o Ministro das Relações Exteriores assim se manifesta sobre a matéria:

"A referida Convenção, em seu artigo 2º, estipula que todo país

concederá, em seu território, aos nacionais de outro país o mesmo tratamento que a seus próprios nacionais de conformidade com sua legislação, tanto no atinente à sujeição como ao direito às prestações no campo da previdência social.

A legislação brasileira sobre a matéria consagra o princípio de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, inclusive sem dependência do prazo de residência no território nacional. A Lei Orgânica da Previdência Social dispõe essa igualdade em seus artigos 2º, item 2º, e 5º, parágrafo 1º, incisos I e II."

3. O principal objetivo da Convenção é o consubstanciamento no seu artigo 2º, qual seja o de determinar que qualquer membro para o qual a Convenção estiver em vigor concederá, em seu território, aos nacionais de qualquer outro membro "o mesmo tratamento que a seus próprios nacionais de conformidade com sua legislação, tanto no atinente à sujeição como ao direito às prestações, em qualquer ramo da previdência social para o qual tenha aceitado as obrigações da Convenção".

Conforme dispõe o artigo 2º do referido documento, qualquer Membro "poderá aceitar as obrigações da Convenção no que diz respeito a um ou vários dos seguintes ramos da previdência social para os quais possui uma legislação efetivamente aplicada em seu território a seus próprios nacionais:

- (a) assistência médica;
- (b) auxílio-doença;
- (c) prestações de maternidade;
- (d) aposentadoria por invalidez;
- (e) aposentadoria por velhice;
- (f) pensão por morte;
- (g) prestações em caso de acidente de trabalho e doenças profissionais;
- (h) seguro desemprego;
- (i) salário-família."

4. Consta ainda, da referida Exposição de Motivos, ter a Comissão Permanente de Direito Social (C. P. D. S.) — órgão técnico do MTPS integrado por especialistas de indiscutível autoridade e conhecimento da matéria — manifestado a sua aprovação aos termos da Convenção e opinado favoravelmente à sua ratificação, que deverá ser acompanhada de uma declaração em que conste a intenção do Brasil de aplicar a Convenção aos ramos da previdência social enumerados nos incisos a até g, inclusive, do art. 2º.

5. O Brasil, como se vê está em condições de garantir aos nacionais e não-nacionais a aplicação, da qual se totalidade dos benefícios enumerados no art. 2º da Convenção só deixando de lado o seguro-desemprego e o salário-família.

A nossa legislação previdenciária, fácil é depreender do exposto, pode ser considerada, assim, das melhores e mais avançadas do mundo.

6. Examinadas as demais disposições da Convenção, verifica-se nada haver, no âmbito da competência regimental desta Comissão, que lhe possa ser oposto. Ao contrário, julga-

mos que as medidas nela consubstanciadas estão de acordo com os melhores princípios da Justiça Social. O preceito por exemplo, contido no inciso I do Art. 10, ao determinar a aplicação da Convenção "aos refugiados e aos apátridas sem condição de reciprocidade", é altamente louvável.

7. Do exame da matéria, deduz-se, claramente, que o Brasil, assinando e ratificando a Convenção nº 118 da O.I.T., dá mais um passo decisivo rumo à implantação do que se denomina, hoje em dia "segurança social" — o amparo à totalidade dos seres humanos, independentemente de nacionalidade.

8. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina favoravelmente à ratificação, pelo Brasil da Convenção nº 118 e, conseqüentemente, pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 4 de junho de 1968. — **Mello Braga**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência. — **Atilio Fontana**, Relator. — **Argemiro de Figueiredo**. — **José Leite**. — **Domicio Gondin**. — **Josaphat Marinho**.

Parecer nº 510, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 30-68 (nº 53-B-67, na Casa de Origem), que ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Senador Bezerra Neto.

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo ratifica o texto da Convenção nº 118 sobre a igualdade de tratamento dos nacionais e não-nacionais, em matéria de previdência social, adotada em Genebra, em 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

2. A Comissão de Relações Exteriores desta Casa, examinando a proposição, acompanhou o voto favorável do relator e a sugestão do Senador Aloysio de Carvalho Filho, no sentido de que fosse ouvida esta Comissão.

3. A Comissão de Legislação Social analisando o mérito do projeto concluiu por sua aprovação.

4. A Mensagem esclarece: "a referida Convenção, em seu art. 3º, estipula que todo país concederá em seu território, aos nacionais de outro país o mesmo tratamento que a seus próprios nacionais de conformidade com a sua legislação, tanto no atinente à sujeição como ao direito às prestações no campo da previdência social".

"Cada país, por ocasião do depósito do instrumento de sua ratificação, deverá declarar quais os ramos da previdência social previstos no art. 2º aos quais aplicará as disposições da Convenção".

O Art. 2º da Convenção se refere aos seguintes ramos da previdência social:

- a) assistência médica
- b) auxílio-doença
- c) prestações de maternidade
- d) aposentadoria por invalidez
- e) aposentadoria por velhice
- f) pensão por morte
- g) prestação em caso de acidentes de trabalho e doenças profissionais
- h) seguro-desemprego
- i) salário-família

A Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho manifestou-se pela exclusão do seguro-desemprego e do salário-família itens h e i por não se encontrarem compreendidos em nosso sistema de previdência social, nos mesmos moldes dos estabelecidos em outros países.

5. Do ponto de vista financeiro, temos que fazer referência à Lei número 3.807 de 1960, que dispõe sobre a organização da previdência social.

O Art. 69 do citado diploma estabelece que o custeio da "seguridade social" será atendido pelas contribuições da União, em quantia destinada ao pagamento do pessoal e despesas de sua administração, bem como a cobrir as insuficiências financeiras.

Essas dotações, segundo o Art. 70 da mesma Lei, serão incluídas em seus orçamentos anuais.

A receita vinculada a tais despesas obedece ao disposto no Art. 71:

- 1) produto das taxas designadas por "quota-de-previdência", na forma da legislação vigente (Decreto nº 22.872, de 1933 e nº 22.992, do mesmo ano; Decreto-lei nº 3.832, de 1941; Lei nº 593, de 1948; Lei nº 2.250 de 1954; Lei nº 3.593, de 1959 e Lei nº 4.863 de 1965).

- 2) pela percentagem (18%) taxa de despacho aduaneiro (Lei nº 3.244, de 1957); a maior parcela da receita.

O Art. 72 da Lei Orgânica da Previdência Social reza:

"Quando o produto das receitas a que se refere o Art. 71, for insuficiente para atender, no exercício, aos encargos a que corresponde na forma desta lei, será providenciada sua complementação por meio da abertura de crédito especial".

Há, por conseguinte, um sistema coerente de financiamento da previdência social brasileira.

6. Resta agora analisar a possibilidade de haver acréscimo de despesa com a administração da previdência social. Tal eventualidade é importante porquanto os fatos geradores da "quota" da União na previdência social não se situam em todos os setores de atividade previstos na Convenção. Ao contrário, situam-se em apenas alguns. Nomeadamente, a taxa de despacho aduaneiro isto é, a movimentação de mercadorias provenientes do exterior, o que em certo sentido se relaciona com as finalidades da Convenção.

Contudo, entendemos será pouco significativo o incremento adicional de despesa proveniente da Convenção que ora se examina. Não há elementos sérios para se fazer uma perspectiva isenta, mas imaginamos que tal montante pode ser matematicamente desprezado, porquanto somente representa acréscimo de despesa com materiais de escritório.

Esses, pois os motivos pelos quais opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1968. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente. — **Bezerra Neto**, Relator. — **Oscar Passos**. — **Mem de Sá**. — **José Leite**. — **Carlos Lisdeberg**. — **Leandro Muciel**. — **Pessoa de Queiroz**. — **Fernando Corrêa**.

Parecer nº 511, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1968, que "Regula a distribuição do material escolar e dá outras providências".

Relator: Senador Antônio Carlos

O projeto em exame é de autoria do nobre Senador Lino de Mattos. Dispõe, em seu art. 1º que a distribuição do material escolar, a cargo da Campanha Nacional de Material do Ensino do Ministério da Educação e Cultura, obedecerá às seguintes normas:

a) Esse órgão relocará anualmente, por Estado da Federação, os estabelecimentos de ensino integrantes da rede escolar federal, aos quais deverá ser entregue o referido material, fazendo publicar aquela relação no *Diário Oficial da União*;

b) Na distribuição do material escolar observar-se-á, prioritariamente, critério que atenda às necessidades comprovadas de cada estabelecimento de ensino.

Dispõe ainda a proposição que a Campanha Nacional de Ensino publicará semestralmente, no *Diário Oficial da União*, o montante discriminado do material e dos recursos orçamentários aplicados em cada Município e Estado da Federação.

Na justificação alega-se que o projeto visa disciplinar matéria da maior importância não só pela ausência de qualquer legislação a respeito como pela conveniência de se evitar que o material de ensino seja destinado aos estabelecimentos sem a observância e o critério previamente estabelecido e sem o indispensável conhecimento de sua destinação.

Essa alegação, data venia, não procede. Em 1967 o Congresso Nacional aprovou projeto de lei que mencionava pelo Sr. Presidente da República transformou-se na Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Dita lei criou um sistema com a finalidade de atender à produção e distribuição de material didático, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

Estabelece aquele diploma legal que a Fundação Nacional de Material Escolar não visa fins lucrativos e o material por ela produzido será distribuído pelo preço de custo. Sua Administração é constituída de três órgãos: Conselho Técnico Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria.

O Art. 9º do citado diploma legal dispõe que o acervo da Campanha Nacional de Material de Ensino, hoje extinta, é transferido para a Fundação. Há pois, em pleno vigor, uma lei disciplinando a matéria objeto do projeto de lei em exame.

Cumpro ainda observar que os dispositivos do projeto enquadram-se entre aquelas normas de categoria nitidamente regulamentar, ligando assim à natureza das normas propriamente legais.

Com os reparos acima, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela constitucionalidade da proposição, devendo, sobre o mérito, se pronunciar a Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1968. — Milton Campos, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Wilson Gonçalves — Aloysio de Carvalho Filho — Bezerra Neto — Edmundo Levi — Aurélio Viana

Parecer nº 512, de 1968

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1968, que regula a distribuição do material escolar e dá outras providências.

Relator: Senador Alvaro Maia

Instituída pela Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, a Fundação Nacional de Material Escolar ficou dependente, pelo artigo 1º, ao Ministério da Educação e Cultura, com sede e foro no Estado da Guanabara, transferíveis, quando as condições justificarem para Brasília, Distrito Federal. Sem fins lucrativos, a Fundação Nacional de Material Escolar faculta indiscutíveis auxílios para milhares de brasileiros que têm dificuldades crescentes no pagamento das mensalidades colegiais, no vestuário e transporte. Faculta a aquisição de livros essenciais aos cursos didáticos.

II. A Lei nº 5.327, nos artigos 4º, 5º, 6º e 7º, normaliza o funcionamento da Fundação Escolar, através de órgãos técnicos — Conselho Técnico Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria — responsáveis pela "política nacional de produção e distribuição de obras didáticas e material escolar".

Chega a estabelecer penalidades quando as contas apresentadas anualmente pela Diretoria são rejeitadas pelo Conselho Técnico Consultivo.

III. O ilustre Senador Lino de Mattos suscita maior disciplina da matéria e do material, "pela observância de critérios previamente estabelecidos e o indispensável conhecimento de sua destinação", face aos vultuosos recursos consignados no orçamento da União, que necessitam de aplicação ordenada em lei.

São palavras da justificação ao Projeto de Lei do Senado nº 41, que apresentou a 16 de maio do ano em curso.

E' uma pré-fiscalização dos estabelecimentos de ensino, favorecidos pela distribuição ou aquisição de livros escolares.

Projeto-regulamento de alcance estatístico, tanto para os livros distribuídos como para a aplicação de vultuosas dotações orçamentárias e subvenções da União, obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, embora com alguns reparos do Relator, Senador Antônio Carlos, decorrentes da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967 que disciplina a matéria.

Nenhuma inconveniência há, entretanto, na aprovação do projeto, que objetiva maior cuidado e responsabilidade na distribuição de livros, por unidades escolares, facilitando o planejamento do Ministério da Educação e Cultura.

Esse o meu Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1968. — Menezes Pimentel, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Adalberto Sena — Edmundo Levi.

Parecer nº 513, de 1968

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1968 (nº 998-B-68, na Câmara) que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Relator: Senador Alvaro Maia

I. O nobre Deputado Ulisses de Carvalho apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto nº 993, de 1968, que mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e de Educação e Cultura; esta formulou um substitutivo, mais de caráter redacional.

Também falou o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da sua Consultoria Jurídica, afirmando que "urge amparar o agricultor, o filho do agricultor, aquele que vive para a terra e em função dela".

II. O Projeto vem disciplinar a inscrição e frequência nos "estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservando, de preferência, 50 (cinquenta por cento) de suas vagas a agricultores ou filhos destes proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio".

III. Visando amparar a terra e o habitante rural, nesta época de tormento de excedentes, que não dispõem de vagas nas escolas de ensino médio e superior, a Lei somente poderá ter plena execução em 1969, decorrida a regulamentação, pelo Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias (art. 2º), ou seja em fins do segundo semestre do ano corrente.

Em seu parecer, na Câmara dos Deputados, o nobre Relator Geraldo Guedes lembra que a medida é adotada em toda a Europa, nos Estados Unidos, na União Soviética. Procura-se assegurar aos filhos dos Agricultores uma posição que fortaleça a "continuar a atividade dos seus antecessores".

Surgem apelos em nosso País, nos parlamentos, na imprensa, nas rádios, difusoras, sucessivos apelos em torno ao funcionamento regular das escolas de agricultura que modelam as boas técnicas para a conquista e exploração da terra. Acontece, entretanto, que os jovens, residentes nas zonas rurais, querem estudar e não podem, pela carência de recursos e vagas nas escolas médias e superiores das cidades e vilas. Já é um milagre, em vários interiores do Brasil, o funcionamento regular de uma escola primária.

IV. Esses motivos justificam um Parecer favorável ao Projeto que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1968. — Menezes Pimentel, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Adalberto Sena — Edmundo Levi.

Parecer nº 514, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1968, na Casa de origem que dispõe sobre extirpação e transplante de órgãos e partes de cadáver para finalidades terapêuticas.

Relator: Senador Antônio Carlos

Vem a esta Comissão, para exame e parecer, projeto de lei de origem do Poder Executivo que regula as questões relativas à extirpação e transplante de órgãos e partes de cadáver para finalidades terapêuticas.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão. Motivados pelos recentes sucessos da ciência médica no campo dos transplantes de órgãos de cadáver para fins terapêuticos, um deles ocorrido no Hospital das Clínicas do Governo do Estado de São Paulo, graças à pericia da equipe chefiada pelo Professor Euríclides Zerbini, e Sr. Presidente da República, através da Mensagem nº 206, de 16 de maio do corrente ano, encaminhou ao Congresso Nacional, para tramitação na forma do Art. 54, §§ 1º e 2º da Constituição, o projeto de lei que estamos relatando.

Instruí a Mensagem a Exposição de Motivos nº 44, do Sr. Ministro da Saúde, que esclarece os aspectos técnicos e legais que envolvem o problema. Começa esse documento por afirmar que o adiantamento científico vem beneficiando de tal modo a ciência cirúrgica que, nos últimos anos,

passou ela a dispor de avançadas técnicas e liberdade de ação extraordinária. Perspectivas notáveis para a recuperação da saúde abriam-se no campo da medicina. O ritmo e a intensidade com que se vêm processando aqueles avanços são de tal ordem que permitem antever novos e ainda melhores êxitos para a luta pela preservação e recuperação da saúde humana. Expressão desse progresso foi o amplo aproveitamento de órgãos, tecidos e partes de cadáver, para finalidades terapêuticas. As possibilidades de transplante, até na pouco limitadas a córnea e aos ossos, hoje já se estendem ao coração, ao rim e ao pâncreas.

Prossigue o Titular da Pasta da Saúde, afirmando que face a esse progresso extraordinário, é indispensável que se estabeleçam regras legais que disciplinem a extirpação de órgãos, tecidos e partes de cadáver, tendo em vista a necessidade de se caracterizar a morte do doador e a precificação do ato cirúrgico de modo a que seja assegurado o aproveitamento do órgão a ser transplantado dentro de um tempo útil a esse fim. Necessário se torna, também, observar critérios de compatibilidade entre o doador e o receptor, extra do conhecimento onde ainda se encontra divergências a serem eliminadas.

Refere-se depois o Ministro da Saúde, na sua Exposição de Motivos, a Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963, que trata do mesmo assunto mas, cuja regulamentação, nunca foi baixada. Daí ter S. Ex.º nomeado uma Comissão Especial para esse fim, composta de médicos integrantes do Conselho Nacional de Saúde e de assessores jurídicos do seu Ministério e do Ministério da Justiça. Dita Comissão concluiu por que a Lei nº 4.280, de 1963, acha-se superada e desajustada face aos recentes avanços da cirurgia e apresenta, porque restrita aos aspectos da época em que foi elaborada, incoerências administrativas. Optou-se, então, pela elaboração de um novo projeto que ora vem ao Congresso Nacional, em cuja elaboração foram levadas em consideração as contribuições constantes dos projetos de leis apresentados à Câmara dos Deputados pelos Srs. Deputados Levi Tavares e Cunha Bueno.

Conclui o Sr. Ministro lembrando que é pensamento do Ministério da Saúde, na regulamentação a ser baixada, não descer a certas de natureza técnica que deverão ser objeto de atos normativos do Ministro da Saúde, tendo em vista a adaptação das normas legais à evolução científica.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados se constitui de 14 artigos. O Art. 1º estabelece a regra permissiva da disposição gratuita do corpo no todo em parte, depois da morte, para fins terapêuticos. O Art. 2º estabelece critérios para a comprovação incontestável da morte de doador. O Art. 3º disciplina a permissão para o aproveitamento autorizado pelo Art. 1º e faz-lo possível através de manifestação expressa da vontade do doador, da manifestação da vontade através de instrumento público, quando o doador for relativamente incapaz ou analfabeto, e para autorização escrita do cônjuge não separado e, sucessivamente, dos descendentes, ascendentes e colaterais presentes ou de corporações religiosas ou civis respeitáveis pelo destino dos despojos. Os Arts. 4º e 5º regulam a operação de transplante propriamente dita, estabelecendo condições de capacidade técnica para quem as realize e para as organizações hospitalares onde elas se realizem. O Art. 6º determina que após a extirpação seja o cadáver dignamente recomposto e entregue aos responsáveis para o sepultamento. O Art. 7º faculta a transferência de des-

tinuação do órgão, tecido ou parte de cadáver, quando não houver compatibilidade em relação ao primeiro receptor. O Art. 3º determina que os diretores das entidades hospitalares ou institutos universitários onde se realizem o transplante remetam, ao fim de cada ano, ao Conselho Federal de Medicina, os relatórios dos atos cirúrgicos relativos às extirpações, bem como o resultado dessas operações. O Art. 9º defere à regulamentação, a disciplinação quanto às despesas com as extirpações e transplantes. O Art. 10º estabelece que a infração ao disposto na lei configurará os ilícitos previstos nos Arts. 121, § 3º, 211 e 212 do Código Penal, sem prejuízo de outras sanções que se aplicarem ao caso. O Art. 11 institui o Conselho Federal de Medicina como órgão fiscalizador da execução desta lei. O Art. 12 estabelece o prazo de sessenta dias, a partir da publicação, para que o Poder Executivo regularmente a lei dos transplantes.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde, tendo antes, em Plenário, recebido oito emendas. A ele foram anexados os projetos dos Srs. Deputados Levi Favares e Cunha Bueno. Na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator da matéria, Sr. Deputado Arruda Câmara, juntou parecer de sua autoria sobre o Projeto nº 4.552, de 1968, do Sr. Deputado Adolfo Viana.

Nesse parecer o nobre representante de Pernambuco faz um longo exame do problema concluindo por um substitutivo que mais tarde se transformou na Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963.

O parecer sobre o projeto que estamos examinando foi favorável na forma de um substitutivo. Na Comissão de Saúde, a matéria foi relatada pelo Sr. Deputado Justino Alves Pereira, que concluiu por outro substitutivo. No Plenário, foi aprovado o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, salvo os arts. 4º, 7º e 9º.

O art. 4º estabelecia que, em caso de guerra, competiria ao Poder Executivo autorizar a remoção regulada na lei, a extirpação e o transplante independentemente do consentimento previsto no art. 3º.

O art. 7º estabelecia que a extirpação e remoção de órgãos de mortos, em consequência de acidente, homicídio ou suicídio somente poderiam ser autorizadas por médico legista oficial. E o art. 9º exigia que a transplantação de tecidos, órgãos e partes de cadáver fosse condicionada à realização de todos os testes e estudos que comprovassem a compatibilidade entre o doador e o receptor.

De modo geral, o transplante é considerado lícito quando, empregadas as devidas reservas, visa a curar um doente; não é lícito se realizada com fins de curiosidade, sem objetivos terapêuticos.

Por outro lado, nada impede que uma pessoa viva ceda um órgão ou uma parte de tecido a outra que o necessite.

Na legislação brasileira, o Código Penal pune a subtração do cadáver ou parte dele (Título V, Capítulo II, Art. 211). E, ainda, no art. 121 o mesmo Código define, qualifica o homicídio e estabelece a pena, no Título I, dos Crimes contra a Pessoa, Capítulo 1º dos Crimes contra a Vida.

A Constituição do Brasil, no Título II da Declaração de Direitos, Capítulo IV dos Direitos e Garantias Individuais, assegura nos termos do art. 150 os direitos concernentes à vida, à liberdade e à segurança.

No elenco desses direitos não há mandamento algum que seja desrespeitado expressa ou implicitamente pelo que dispõe o presente projeto de lei. Pelo contrário todos os seus dispositivos se conformam com a letra e o espírito da Constituição, pois que respeitam a dignidade da pessoa humana, a sua liberdade e a sua seguran-

ça. Vão além, no nosso entender, serão instrumentos eficientes para ampliar as perspectivas do direito à vida.

Não cabe a esta Comissão examinar os aspectos técnicos da proposição nem o Relator designado teria condições e capacidade para fazê-lo.

Ante o exposto a Comissão de Constituição e Justiça opina pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 79, de 1968.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1968. — Milton Campos, Presidente. — Antônio Carlos, Relator. — Carlos Lindenberg. — Edmundo Levi. — Josaphat Marinho. — Alvaro Maia. — Bezerra Neto.

Parecer nº 515, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 72, de 1968 (nº 1.163-A, de 1968, na Câmara) que dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. Relator: Senador Bezerra Neto.

1. Com a mensagem nº 154, de 27 de março do corrente ano, o Senhor Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional o projeto de lei de que resultou o presente substitutivo da Câmara dos Deputados, o qual dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. É acompanhado o documento presidencial de uma Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Justiça em que com remissão ao art. 167, da Constituição do Brasil, pelo qual a família tem direito à proteção, dos poderes públicos, fixa-se em torno de um dos direitos fundamentais da família, precisamente aquele por onde os parentes podem exigir uns dos outros os alimentos de que necessitam para a subsistência, direito esse de caráter recíproco, entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em graus, uns em falta de outros (Código Civil, arts. 396 e 397).

2. O governo enviou um projeto eminentemente de lei objetiva, sobre os processos de alimentos, expressão esta mudada no substitutivo da Câmara para ação de alimentos. Traça em rito especial, a independência de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade. É um processo equivalente ao do rito da reclamação trabalhista, e, diremos, acertadamente, de rito ainda mais rápido e vigoroso. A distribuição é feita pelo despacho do juiz, já fixando alimentos e marcando intimação e audiência. Quando as provas da pobreza do credor reclamante basta sua declaração, sob as penas da lei. Inicialmente, na proposição governamental, estas penas de falsa declaração seriam as do art. 342 do Código Penal — reclusão de um a três anos — mudadas pelo substitutivo para o pagamento, em décuplo, das custas judiciais.

3. A proposição, de prazos fatais, demorou na Câmara dos Deputados, de 2 de abril a 22 de maio (cinquenta dias). Resta-nos pouco tempo, mas examinados o debate a seleção feita de algumas das vinte e seis emendas do Senhor Deputado Nelson Carneiro e sete do Senhor Deputado Adhemar Ghisi, podemos reconhecer que a proposição chegada ao Senado Federal atende a um mais rápido, preciso, funcionamento judicial, na espécie. Passamos a ler toda a matéria já aprovada para se acentuar sua aceitação. Há dispositivos inocuos, como o que resultou de emenda do nobre Deputado Nelson Carneiro, subemendada pelo relator, o ilustre Deputado Raymundo da Rita, ou seja esta redação do art. 24: "A parte responsável pelo sustento da família, e que deixar a residência comum por qualquer motivo que não necessitará declarar, poderá tomar a iniciativa de comunicar ao juiz os rendimentos de que dispõe e de pedir a citação do erador para comparecer a audiência de conciliação

e julgamento destinada à fixação dos alimentos a que está obrigado."

Não expressa de que se desonera o comunicante, com tal iniciativa, e nem limita a ação de juiz na fixação de alimentos e nem evita a impugnação da parte visada. A emenda seria mais ampla, se coincidente com texto de projeto aprovado nesta Comissão.

4. Descomporta qualquer dúvida que o projeto atende ao rito presto, seguro, que deve movimentar a ação de alimentos, aplicando-se o mesmo às revisões de decisões de alimentos e de desquites, já passadas em julgamento.

Pelo exposto, a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 12 de junho de 1968. — Milton Campos, Presidente; Bezerra Neto, Relator; Antônio Carlos; Josaphat Marinho; Carlos Lindenberg; Edmundo Levi; Alvaro Maia.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Torres) — Está finda leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Torres) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações: De autoria do Senador Aarão Steinbruch

Nº 224-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-229, de 12 de junho de 1968);

De autoria do Senador Vasconcellos Torres

Nº 340-68, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso nº GM-329, de 14 de junho de 1968);

Nº 346-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 391, de 14 de junho de 1968);

Nº 434-68, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso nº GM-330, de 14 de junho de 1968);

Nº 443-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 388, de 14.6.68);

Nº 483-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-230, de 12 de junho de 1968);

Nº 488-68, enviada pelo Ministro das Minas e Energia (Aviso nº GM-331, de 14.6.68);

Nº 500-68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso nº GB-231, de 12 de junho de 1968);

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 380-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 390, de 14.6.68);

Nº 405-68, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 389, de 14.6.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Torres) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 359-68, de autoria do Senador Lino de Mattos.

Se não houver objeção esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta do citado Requerimento. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Torres) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o primeiro deles, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, sejam as nossas primeiras palavras de congratulações com o "Correio da Manhã", que completou 67 anos de existência.

Pode-se discordar do "Correio da Manhã", mas ninguém jamais desconheceu que é um jornal dos que mais

vêm lutando na defesa das liberdades democráticas, dos direitos inalienáveis do homem e do cidadão a uma vida decente e digna.

Vem luando, desde a sua fundação até hoje, o grande jornal do Rio de Janeiro, que é conhecido em todos os quadrantes do território nacional, pela emancipação econômica da pátria que nos é comum.

Sr. Presidente e nobres Senadores, desejo sinceramente que conste dos Anais do Senado Federal este pronunciamento, que representa, na verdade, a ideia central de quantos, neste País, desejam ardentemente a instauração de um sistema de governo autenticamente democrático.

O "Correio da Manhã", além de defender, como vem defendendo, o desenvolvimento econômico deste País, abordando os aspectos mais importantes da nossa Economia, apresentando planos para as grandes reformas infra-estruturais de que o Brasil necessita, como, por exemplo, a reforma agrária, criticando construtivamente, expõe as suas ideias, nunca deixou de ventilar — e com que sabedoria e inteligência o vem fazendo! — o problema de juventude brasileira, o problema do ensino, desde o primário, passando pelo secundário, até o superior.

Em comemorando mais um aniversário do "Correio da Manhã", hoje dirigido pelo Sr. Níomar Moniz Sodré e por uma equipe formidável de jornalistas, comemorando hoje, repito, o aniversário do "Correio da Manhã", e saudando-o em nome da Bancada do meu partido, não posso deixar de inscrever, também, nas páginas do "Diário do Congresso Nacional", esta esplêndida e magnífica análise do ensino brasileiro:

(Lendo:)

"O ensino no Brasil é um dos mais antiquados do mundo, basicamente insuficiente para as realidades modernas, entregue à rotina burocrática, ao sistema de pistoles, à incuria bacharelesca. Seu estado é o principal entrave ao nosso desenvolvimento. Nenhum dos governos brasileiros deste século deu atenção a esse fato. Hoje, vemos estudantes e educadores em revolta permanente contra o status quo. A única das autoridades é a repressão."

Registra, muito bem, o "Correio da Manhã" hoje unem-se professores e estudantes pela reforma do ensino no Brasil, porque, todos sabem e compreendem que é na escola que se constrói e fortalece um país.

A luta do povo jovem, em todo o mundo, é por que as universidades estejam capacitadas para enfrentar um mundo que duplica, cada trinta anos, sua população. E a juventude do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento é aquela que mais clama por escolas, professores competentes, universidades à altura, com instrumentos necessários, que criem a base angular e definitiva da emancipação econômica, social e política de cada povo.

Por isso, diz o "Correio da Manhã".

"Como se pode pensar numa política autônoma nuclear, se carecemos de físicos, engenheiros, químicos e técnicos para concretizá-la? De que valeria trazer do Exterior os nossos melhores talentos, se não encontraríamos uma infraestrutura que fundamentasse seus esforços? Seria ocioso desfilar estatísticas, do térço de crianças que jamais chegam à escola primária, ao 0,5 que atinge as Universidades. Todos os responsáveis pela nossa indigência educacional já as conheceram de sobra. São responsáveis irresponsáveis com pleno conhecimento de causa."

Podemos ser contra a movimentação da nossa juventude que costuma estudar?

Não há movimento mais belo, não há movimento mais significativo do que este, promovido pela juventude brasileira que deseja escolas — mais escolas; professores capazes — mais professores capazes; universidades preparadas, apetrechadas, para que, nelas, eles possam formar a sua personalidade cultural e possam libertar o Brasil do atraso secular em que vive.

Quem o maior culpado da situação caótica do ensino, no nosso país? E o "Correio da Manhã" responde com mestria:

"Pode-se discordar dos métodos de estudantes e educadores. Perturbam a ordem pública. Não raro levam a cenas de violência. Se chegarem a extremos, porém, a culpa cabe exclusivamente ao Governo. Este mostrou-se cego e surdo diante da questão educacional. Os prejudicados revoltam-se contra isso, como podem. É inútil o Marechal Costa e Silva vir a público admitir a legitimidade de muitas das reivindicações dos jovens, se nada faz de concreto para atendê-las, se os seus atos se restringem a tentativa de repressão dos protestos que ele próprio diz considerar justos. Eliminam-se as causas dos protestos e estes cessarão. O mais é demagogia, típica de regimes discricionários.

A revolta em Paris continha elementos de uma generalizada insatisfação social. Começou, porém, com um movimento estudantil contra o arcaísmo do sistema educacional".

Note-se bem, contra o arcaísmo do sistema educacional francês. E se nós compararmos o sistema educativo brasileiro com o sistema francês, estamos atrasados de mais de cem anos.

Se se justifica o movimento estudantil da juventude francesa para que as suas universidades se aperfeiçoem, a partir da velha Sorbonne, que não dizer do apoio que devemos dar ao movimento da juventude brasileira, para que o nosso ensino seja melhor, mais completo, afim de enfrentarmos a época na tecnologia que se instaurou no mundo. Depois comprometeu-se a reforma. Isto quando o país beirava a revolução.

Será possível que precisamos chegar ao ponto de sacudir o Governo Costa e Silva, de sua moderna auto-complacência? Nem o "Correio da Manhã" isenta os governos passados da responsabilidade que lhes cabe no caso do ensino no Brasil, nem tampouco nós!

Todos foram responsáveis, inclusive o Governo atual. Citamos, desta tribuna, um fato que remonta à revolução consciente de Brasília: o fechamento da escola Agrícola de Brasília. Fechamento porquê? Por falta de verbas. Os moços protestaram e o resultado foi que cada um deles recebeu uma pequena quantia para que pudesse voltar ao seu Estado. Muitos jovens, moram no longínquo Amapá, e muitos jovens moram na Amazônia, no extremo norte de Goiás, em lugar distante de Brasília. Fizeram sacrifícios imensos, chegaram à nossa Capital e se inscreveram na Escola Agrícola de Brasília sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura. No meio do ano tiveram férias compulsórias, convidadas, pela força, a se retirarem do edifício da escola e a voltarem para suas casas. Os cortes no orçamento do Ministério da Educação nos envergonham. E a inquietação se mantém e o grito de alerta parece não ser ouvido.

Conclui assim, o "Correio da Manhã": (Lê)

"Não imagine o Governo que ameaças de castigos conterão in-

definidamente os estudantes educadores e a gente de boa vontade que vêem o nosso principal asset de desenvolvimento maltratado pela burocracia incompetente do MEC. Os estudantes são os futuros quadros de liderança do país. Seu dia chegara. Não vão consentir por muito tempo que o Brasil continue sob o domínio de uma gerontocracia cuja imaginação funciona em ritmo de tilburi, na era supersônica".

E' assim que progride o ensino no Brasil: em ritmo de tilburi numa época supersônica.

Sr. Presidente, os moços, como todos nós, concluem que um país sem educação, que um país sem instrução suficiente não poderá romper o ciclo da sua economia primária que caracteriza o subdesenvolvimento.

Ainda temos neste País cerca de 55 a 60% de analfabetos. Aqueles, na sua maioria, que saem alfabetizados dos nossos cursos primários não estão bastante esclarecidos, não receberam bastante instrução para enfrentar as dificuldades de um curso secundário, também imperfeito, muito menos da universidade, que exige capacidade, formação intelectual primária e secundária à altura para que a mocidade, a juventude que nela ingressa possa dali sair convenientemente preparada para enfrentar as agruras de um mundo que cresce espantosamente, no campo democrático.

Sr. Presidente, desejo, ainda, estudar a mocidade vencendo o desenvolvimento e a atualização da ciência brasileira em todos os seus setores da tecnologia do Brasil, em toda as suas áreas. Sabe a juventude brasileira, como todos nós sabemos, que daqui a trinta anos, seremos cerca de cento e oitenta milhões de habitantes e, com esta estrutura arcaica, com esta estrutura ultrapassada, com a estrutura do ensino obsoleto nós estaremos no caos, nós enfrentaremos a inquietação social sem termos os meios, os instrumentos necessários para resolvermos os problemas do nosso povo.

Se não os temos agora, como daqui a trinta anos, daqui a cinquenta anos?

Como este assunto é um dos preleitos do "Correio da Manhã", a educação da nossa juventude, a instrução do nosso povo, a formação de um grupo cada vez maior de educadores competentes, de técnicos e cientistas, quando comemoramos o seu aniversário, o fazemos fugindo um tanto, ou quanto da rotina tradicional dos elogios para apresentarmos essa apáginha desse jornal de domingo que é mais um comprovante da sua luta em favor do Brasil, da sua libertação econômica, de um país em busca da justiça social, em busca da paz interior que só será alcançada pela garantia de uma formação cultural segura, firme e à altura do século em que vivemos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, longa vida enha o "Correio da Manhã". Continue batalhando pelas causas nobres que sempre defendeu, continue pugrando pelo desenvolvimento do nosso país, continue esclarecendo a nossa juventude e o povo para que consciente das possibilidades do Brasil, da sua própria força e da sua responsabilidade no presente e perante o futuro, possa toda a Nação brasileira desperta, alerta, equacionar os seus mais sérios problemas e resolvê-los pela inteligência, pela cultura, pela evolução humanística. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Tôres) — A Mesa é presidida eventualmente, por um dos seus membros, que, por uma circunstância coincidente, trabalhou no "Correio da Manhã".

Parece que a homenagem prestada ao vibrante órgão da imprensa brasileira teria que ter essa marca.

Em nome do Senado, quero, neste instante, enviar as mais calorosas felicitações ao matutino que se tem imposto à admiração de todo o povo brasileiro, pela coerência, pela capacidade de luta e pela fidelidade às tradições democráticas.

Quem quer que queira escrever a história republicana da nossa Pátria tem de consultar o arquivo precioso do "Correio da Manhã", desse jornal fundado por Edmundo Bittencourt e que encontrou no seu filho a continuação na benemérita obra da boa imprensa. Hoje, com uma equipe valorosa, à frente daquele exemplo da mulher brasileira, que é a senhora Niomar Moniz Sodré, auxiliada de perto pelos senhores Nelson Batista, Arnaldo Walid, M. Paulo Filho, Osvaldo Peralva, e que, aqui mesmo em Brasília, tem, na sua sucursal, um jornalista do porte de Rinaldo Gonçalves Ribeiro e, mais particularmente no Senado, o seu representante, o jornalista Fernando Lara.

Por essa circunstância especialíssima, que é muito grata ao Presidente eventual dos trabalhos, eu — praticamente enviando felicitações ao "Correio da Manhã" — sinto-me também parte nas homenagens que acabam de lhe ser prestadas pela palavra do Senador Aurélio Vianna. Tenho a certeza de que o próprio Senado da República é que acaba de tributar a esse órgão, exemplo da América Latina, aqueles votos de continuidade na carreira vibrante a que se traçou e pela qual tem um lugar destacado, não apenas na imprensa continental, mas em todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcellos Tôres) — Na lista de oradores inscritos, o orador seguinte seria o nobre Senador Josaphat Marinho que compareceu à Mesa e pediu o cancelamento de sua inscrição.

Concedo agora a palavra ao nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) Sr. Presidente, tema que de há muitos anos suscita o maior interesse no País é o da Reforma Agrária. Penso mesmo que não há duas opiniões a respeito. A Reforma Agrária é um imperativo da nossa Economia e do nosso desenvolvimento.

No período governamental do Senhor João Goulart, este assunto foi discutido e foi projetado, talvez com excesso de ênfase e de demagogia, do que resultou uma profunda intransigência social que teve como consequência, praticamente, o abortamento de um plano ou de um projeto desejável e conveniente para a estrutura agrária e para a condição social do Brasil. Entretanto, posto de lado o excesso com que a matéria foi tratada, excluídos o arruído, a demagogia, a exploração das paixões e dos interesses, feita a separação do joio e do trigo, tomando o que é bom e afastando o que é mau, uma verdade persistiu, persiste e persistirá: impõe-se, no Brasil, a realização de uma reforma agrária, como uma das condições para o nosso desenvolvimento.

São unânimes os economistas em afirmar que o período do desenvolvimento brasileiro, que chegou a atingir o índice de mais de 7% ao ano, sofreu, a partir de 1962, uma estagnação e um declínio em consequência de uma profunda mutação na estrutura econômica do País, isto é, os altos índices obtidos, na década ou até os 15 anos anteriores, foram, em grande parte devidos ao desenvolvimento acelerado da industrialização, sobretudo, da industrialização decorrente da substituição das indústrias de importação. Esta substituição em massa permitiu uma industrialização intensiva e, com ela, um alto índice de crescimento. Tendo o Brasil atingido, se não a saturação, pelo menos um grau bastante adiantado de indús-

trialização de artigos que eram anteriormente importados, encontra-se ele, agora, num período crítico, num período em que ele precisa encontrar outros fatores de desenvolvimento. Estes são, simultaneamente, o do desenvolvimento das suas indústrias, com aumento de produtividade; o da diversificação das exportações, o da abertura de novos mercados, inclusive para manufaturados; o da defesa dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais, enfrentando o cerco de ferro das grandes potências e, também, o alargamento do mercado interno através da criação de uma classe média rural que só pode ser concebida dentro do contexto de uma reforma agrária.

Se é indiscutível que precisamos nos voltar para a exportação nos mercados externos, muito menos passível de dúvida é que precisamos alargar o mercado interno, para nele encontrar o escoamento das nossas indústrias.

Vamos para 90 milhões de habitantes. Infelizmente, porém, desses 90 milhões de habitantes — dizia o Governador Miguel Arrais há menos de dez anos — no Nordeste cerca de 20 milhões não conheciam, ainda, a economia monetária. Ainda estavam na fase da economia de troca, quer dizer, é preciso transformar esses 90 milhões de habitantes não apenas em 90 milhões de seres humanos, mas em 90 milhões de pessoas humanas com capacidade de produzir para ter capacidade de adquirir. E nesse dia, então nós teremos aqui dentro um mercado interno capaz de assegurar o desenvolvimento auto-sustentável da nossa economia e da nossa sociedade.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com grande honra.

O Sr. José Ermírio — Hoje mesmo, na cidade de Recife, mais de 200 mil pessoas acordam sem saber o que vão comer.

O SR. MEM DE SÁ — Exato.

O Sr. José Ermírio — Além disso, já que V. Exa. falou do IBRA...

O SR. MEM DE SÁ — Ainda não cheguei lá.

O Sr. José Ermírio — Solicitarei o aparte quando V. Exa. abordar esse ponto.

O SR. MEM DE SÁ — Sei que V. Exa. me aparteará, e no momento oportuno, eu o avisarei. Mas o que V. Exa. disse é extremamente interessante. Fui, no ano de 1951, assistir a posse do General Cordeiro de Farias no governo de Pernambuco e, naturalmente, o ambiente era de festa, de regozijo pela posse do novo governante. A noite, palestrando comigo depois dos festejos, com um semblante sombrio de preocupação, disse-me ele palavras que jamais esquecerei: "Agora terminam as festas, amanhã encontrarei a realidade e a realidade deste Estado é uma das mais cruéis porque, nesta cidade, cada dia, 200 mil pessoas acordam sem saber como é e onde é que vão obter alimentos para si e suas famílias."

Pois bem, naquele enclave do Nordeste naquela zona a mais interiorana e quase estéril do polígono das secas, por toda parte, assim como no Sul, no meu Rio Grande, impõe-se necessariamente uma reforma agrária.

No Vale do Paraíba, no Sul de São Paulo, onde, por muitos anos, o Brasil encontrou a riqueza dos cafezais e donde tirou as divisas que possibilitaram o desenvolvimento industrial do grande Estado, há miséria. Quem visita o litoral do Sul de São Paulo, creio que muitos dos presentes o conhecem — não podem compreender como aquela área, pertencente ao Estado mais rico da Federação, onde a renda per capita já é semelhante à de países desenvolvidos, ainda permaneça nesta situação, não há discussão possível: a reforma agrária é um imperativo.

O Governo do Marechal Humberto Castello Branco realizou o que o Go-

vêrno do Sr. João Goulart não pôde fazer — deu uma lei ao Brasil. Reconheço que a lei foi feita de forma precipitada, sem o amadurecimento, a cautela e a análise necessárias. Reconheço que esta lei está incadada, de senões, de defeitos e lacunas mas, não há dúvida, temos uma lei e que esta lei, atende a uma das reivindicações que de longa data reclama o Brasil isto é a desapropriação, para fins da reforma agrária, mediante o pagamento por título da dívida pública. Não se trata de uma lei retrógrada. Se não é uma lei avançada, é uma lei aceitável e que pode e deve ser a base de aprimoramento consecutivo.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MEM DE SA' — Com satisfação.

O Sr. Bezerra Neto — Interrompendo o curso da sua oração, V. Exa. deve recordar que, no tempo do Govern. João Goulart, ao se tratar do problema da desapropriação paga com títulos da dívida pública, o assunto constituiu motivo para sermos acusados de demagogos, de extremistas, de inimigos das classes produtoras e do progresso nacional.

O SR. MEM DE SA' — É verdade. Citei isso. Há a reconhecer que o Presidente João Goulart não teve a habilidade de conduzir a reforma. Homens como eu, por exemplo favoráveis a esta política da desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública, mas com a correção monetária, para não roubar o proprietário, viam-se impossibilitados de acompanhar o movimento das chamadas reformas de base, porque, ao lado de um homem como V. Exa., como o Senador José Ermírio como Senador Aurélio Viana e muitos outros, homens moderados, patriotas, esclarecidos, sem preocupação subversiva que preconizavam esse princípio, não negará V. Exa. que havia uma turba que tomava a reforma agrária como pretexto para promover a intranquilidade social no País.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. tem, neste particular, toda a razão, porque essa turba que levava a matéria para esse setor passional nesses quatro anos de Estatuto da Terra, não tem mais reclamado a reforma agrária.

O SR. MEM DE SA' — É de louvar, e eu digo isto serenamente, é de louvar, portanto, o Governo do Marechal Castello Branco, que aproveitando os poderes que tinha em mãos a força de que se achava possuído, promoveu uma reforma agrária que, como disse, foi feita demasiadamente rápida, sem o devido apuro, nem o devido exame, mas não caiu no obsoleto, no reacionarismo das normas unilaterais defensores de um status quo arcaico e intolerável.

Acetamos esta reforma sem bulha, sem arruído, com aquele princípio até então considerado motivo para incriminação dos defensores como comunistas, revolucionários, demagogos.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. MEM DE SA' — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Acontece que os latifundiários, no Brasil, estão aumentando com um perigo para a própria segurança nacional. O Governo anunciou ao País e ao mundo que se estareceu com a notícia, que já um quinto do território nacional pertence a estrangeiros. Há uma espécie de preocupação muito grande com o latifundiário brasileiro, enquanto que se abrem as portas do Brasil para que os estrangeiros formem latifúndios muitas vezes maiores que os latifúndios que se encontram em mãos de nacionais. Ao lado da reforma agrária, tipicamente nossa, de que o País tanto necessita, há necessidade urgente de uma política agrária à altura do momento. Se formos partidários de uma reforma garária com o propósito de diminuirmos a área das grandes propriedades e aceitarmos a

pequena e a média propriedade como solução para o Brasil, vamos encontrar a média e pequena propriedade num estado catastrófico quanto a seus proprietários. Então, tem que haver um movimento paralelo. Tenho a impressão de que os últimos governos não estão dentro daquele realismo necessário para a solução do problema. Porque num país como o nosso, quando as verbas orçamentárias são cortadas principalmente dos Ministérios de Agricultura, da Saúde e da Educação, nos ficamos assim numa situação de perplexidade.

O SR. MEM DE SA' — V. Exa. se adiantou ao que constitui o objetivo principal do meu discurso. Estou de pleno acordo com o que V. Exa. diz. Precisamos, urgentemente de uma lei que defenda o Brasil da invasão dos estrangeiros, que nos querem e estão comprando terras em demasia.

E, ainda há momentos, palestrávamos, o Senador Edmundo Levi e eu com o Senador Argemiro de Figueiredo sobre o tema. O Senador Argemiro de Figueiredo se propunha a estudar, no período de julho, um esboço de projeto em respeito desse ponto particular.

Mas, voltando ao tema.

Há o latifúndio nacional e, agora, o latifúndio estrangeiro; um e outro são condenáveis, como condenável é também minifúndio, que está provado ser anti-econômico e causa ou matriz de tantas desgraças, como a grande extensão inaproveitável. Mas V. Exa. se antecipou a minha oração — nisto estou de pleno acordo — e, numa continuação, assim, das premissas que assentei, quero dizer justamente que o Govern. Castello Branco, bem ou mal fez uma lei. Boa ou má, temos uma lei. Com defeitos, com inconvenientes e lacunas, temos uma lei.

Mas depois disto?

Foram criados dois órgãos: o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola.

Foram criados, portanto, dois institutos, duas autarquias, com finalidades precisas de desenvolvimento dessa política agrária a que V. Exa. tão corretamente aludiu.

Não basta dividir a propriedade para dar terra ao homem que da terra vive. Não basta dividir a propriedade para criar uma classe média rural capaz, economicamente desenvolvida. É preciso, para este fim, desenvolver uma política agrária.

Entretanto, pergunto: que têm feito esses dois órgãos?

É possível que tenham feito muita coisa: contudo a desgraça é que o Brasil não sabe.

Creio que, neste momento, o nobre Senador José Ermírio tem um aparte muito adequado, a me dar.

O Sr. José Ermírio — Com muita satisfação! No meu Estado, Pernambuco, a primeira coisa que se fez foi comprar um palácio na Rua Rosa Silva. Depois, foi desapropriada uma usina ineficiente, velha, deficitária, por preço astronômico. Posso afirmar a V. Exa. que, se ao proprietário dessa usina — homem rico, mas que nada queria fazer — se fizesse uma oferta de 550 mil cruzeiros novos, ele a venderia na hora. No entanto, ninguém sabe em quanto vai ficar a desapropriação ineficiente, de uma usina deficitária. Se o proprietário tinha condições de fazer e não o fez, era porque queria vender a usina por um preço fabuloso ao IBRA, como ocorreu. Ao mesmo tempo, foram comprados dois aviões a jato, que usam combustível especial importado e só podem descer em meia-dúzia de aeroportos do País.

O resultado, em Pernambuco; até agora, é insignificante. Não sei se nos outros Estados tem produzido alguma coisa, mas no Nordeste parece que a ação tem sido quase nula. Essa é a informação que tenho a dar a Vossa Excelência, com relação a meu Estado.

O SR. MEM DE SA' — Agradeço muito o aparte, que é esclarecedor e representa uma colaboração preciosa às considerações que estou fazendo. O que me traz à tribuna é justificar um pedido de informações que vou encaminhá-lo à Mesa, para que o IBRA responda, ou comece a responder, as indagações que se formam em todo o Brasil.

Quero dizer aos dirigentes do IBRA, inclusive, que talvez eu esteja lhes prestando um inestimável serviço, ou inestimável favor. Quero dar-lhes uma oportunidade de virem dizer à Nação o que têm feito, o que estão fazendo e o que pretendem fazer.

Não se compreende que, depois de feita uma lei de reforma agrária, depois de criados dois órgãos, depois de atribuída a arrecadação do Imposto Territorial Rural para o IBRA, não se compreende que depois de tudo isto fique a Nação sem saber onde estão esses órgãos, em que mundo, em que estrélas se encontram, o que realizam, o que pretendem fazer...

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA' — Dou o aparte ao nobre Senador pelo Piauí.

O Sr. Petrólio Portela — Já tive ocasião de abordar este problema, no Senado, e o fiz voltado sobretudo, para a realidade piauiense. Lá todo mundo sabe o que é o IBRA. Ele manifesta sua atuação através de escorçante cobrança de impostos. No tocante a meu Estado, há uma política predatória, um verdadeiro desastre, uma calamidade. As terras, já por si desvalorizadas, perderam qualquer valor, porque chegaram ao cúmulo do luxo de fazer o lançamento de um ano, que representa uma soma, um valor maior do que o valor das próprias terras. Este é o quadro de verdadeiro clamor, já pintado por mim ao Sr. Presidente do IBRA, que prometeu examinar e corrigir o problema, enfim, solucioná-lo.

De volta do exterior, ainda não pude estar com S. Exa. para saber das providências tomadas; mas, no tocante ao Piauí, o IBRA existe para cobrar impostos.

O SR. MEM DE SA' — Mais uma vez agradeço.

O a que eu me proponho, portanto, é provocar o IBRA e esta provocação pode ser ótima ou péssima para ele.

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. MEM DE SA' — Ótima, se ele tiver as respostas adequadas e satisfatórias. Devo dizer, desde logo, que nem eu — e estou certo de que nenhum dos colegas — pediria, reclamaria ou esperaria milagres. Uma reforma agrária não se faz em quatro anos, num País da extensão continental do nosso. Uma reforma agrária, dentro das nossas dimensões, é uma obra para décadas. Mas é inevitável que, no fim de quatro anos, o IBRA já deve ter se não um acervo de realizações, um bom acervo de estudos e de projetos.

O Sr. Petrólio Portela — Permite V. Exa.?

O SR. MEM DE SA' — Solicito ao nobre colega que aguardê um instante pois o nobre Senador Bezerra Neto está com precedência.

Então já deve ter um bom acervo de projetos e de comecços de execução. O que me proponho é a dar oportunidade a que o IBRA diga o que tem feito, o que está fazendo e o que pretende fazer num futuro próximo imediato.

Dou o aparte ao Senador Bezerra Neto e, em seguida, o darei a Vossa Excelência, Senador Petrólio Portela.

O Sr. Bezerra Neto — Estimio que nesse pedido de informações de Vossa Excelência, conste num item para que o IBRA declare o quanto arrecadou em recursos financeiros.

O SR. MEM DE SA' — Existe.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa., que é de um Estado de fronteira, deve saber que, de 1938 a 1941, através de legislação federal, foi restaurada a cha-

mada faixa de fronteiras. No caso particular de Mato Grosso, nessa faixa de fronteira se situavam terras públicas que, naqueles anos, começavam a se valorizar. O Estado, então, perdeu jurisdição sobre essas terras, que passaram a ser objeto de aforamento e enfiteuse pelo Governo Federal. Os interessados se dirigiram, então, ao Governo Federal, que coincidiu com o crescente povoamento da região de fronteira. São milhares e milhares de requerimentos, dirigidos ao Serviço de Patrimônio da União, que não receberam nem mesmo aquele despacho inicial da publicação do edital. Os posseiros, os ocupantes dessas glebas, que realizavam um trabalho de povoamento de projeção nacional daquelas fronteiras, não podiam nem operar nos bancos, porque não tinham título de propriedade. Em face da legislação do Estatuto da Terra, aproveitei a oportunidade para encaminhar umas emendas. E na segunda lei complementar desse Estatuto, essas minhas emendas foram aprovadas e sancionadas pelo Presidente Castello Branco. Uma delas obrigava o Serviço de Patrimônio da União a reinter ao IBRA todos os processos pendentes, milhares e milhares de processos, com mais de 20 anos de andamento, para que fossem despachados, despachar para aforamento mas atendendo ao art. 10 do Estatuto da Terra, como venda definitiva, porque essa legislação prefere que a terra seja vendida do que arrendada; o que está certo, desde que para brasileiros. Já fiz requerimento de informações ao IBRA. A lei complementar já tem dois anos e, até agora, o IBRA não recebeu os milhares de processos do Serviço de Patrimônio da União. Ontem apareceu nos jornais uma notícia de que o Ministério da Agricultura estava estudando um plano de desapropriação das terras de fronteira. Veja V. Exa. a desorientação que ainda vai nesse importantíssimo setor que está sendo tão bem focalizado por V. Exa.: é de se desadecar, é de se perder a confiança nesses homens públicos que são tão bem falantes quando comparecem às nossas mesas redondas, usando terminologia muito na moda dos economistas mas, no terreno prático, não vemos nada.

Visitei o edifício em que está instalado o INDA, aliás muito bem instalado; tem até aparelhagem de som nas paredes, irradiando melodias tocantes. Sai-se dali embevecido e confiante no futuro do Brasil...

O SR. MEM DE SA' — Obrigado a V. Exa. Tem o aparte o Sr. Senador Petrólio Portela.

O Sr. Petrólio Portela — Sr. Senador quero, inicialmente, esclarecer — o que V. Exa. magistralmente já o fez no decurso de sua oração — que sou também favorável à Reforma Agrária, indo até muito mais do que a lei, ultrapassando os limites nela previstos. Mas o que reclamo é exatamente o que V. Exa. com o brilho de sempre, já expôs da tribuna. É que é preciso, pelo menos, que se delineie uma política agrária que, em verdade, é parte de um todo que se chama Reforma Agrária. Mas nem mesmo essa política foi definida. Ninguém sabe para onde vai. Só se sabe de uma coisa: os impostos estão sendo cobrados.

O SR. MEM DE SA' — Exatamente.

O Sr. Fernando Corrêa — Lá no meu Mato Grosso, no nosso longínquo Mato Grosso, meu e do nobre Senador Bezerra Neto, a cobrança do imposto pelo IBRA é de um absurdo total. Quando foi convocado o Presidente do IBRA pela Comissão Mista Incumbida dos Estudos sobre Problemas Agropecuários: da qual tenho a honra de ser o Presidente, conversei com S. Exa. a respeito de Mato Grosso, que é um Estado continental, que vai das nossas fronteiras no Amazonas às nossas fronteiras no Prata. Pois bem. Mato Grosso é considerado uma zona só: o imposto tanto é pago nas matas do Amazonas como nos pa-

tanais de Mato Grosso mas, durante o ano, mais da metade da gleba torna-se inútil pelos alagados que as chuvas trazem. De maneira que mostrei a S. Exa. o desencanto daqueles que labutam na terra, como o Senador que ora está falando e S. Exa. prometeu providências. Esperamos, confiamos que essas providências serão tomadas porque, até agora, no Mato Grosso, corroborando com o que disseram os outros colegas, quase só temos pago impostos, e pesados, ao IBRA.

O SR. MEM DE SA — Agradeço muito a colaboração dos colegas. Vejo que a minha intervenção e o meu objetivo correspondem ao sentimento e ao pensamento generalizados da Casa.

Vou propor aos nobres Colegas que nos unamos numa cruzada, em defesa da Reforma Agrária, e nos unamos sem distinção de cores partidárias. Os Senadores José Ermírio e Bezerra Neto são do MDB, mas os Senadores Petrólio Portela, Fernando Corrêa e eu somos da ARENA. Vamos, todos, bombardear o IBRA com pedidos de informações. E' o que proponho ao nobre Senador José Ermírio, a todos, que comecemos a bombardear o IBRA com pedidos de informações.

V. Exa., nobre Senador José Ermírio, que apontou um fato concreto, objetivo, de o IBRA ter adquirido uma casa principesca para sua sede em Recife, e outras dilapidações, formule um requerimento de informações, perguntando quanto custou, se houve concorrência pública, se não houve outras ofertas, qual o critério de preferência daquela casa, por que compron tais e tais aviões, em que aeroportos do País esses aviões podem pousar, e assim por diante.

O nobre Senador Petrólio Portela disse que tem falado pessoalmente com o Presidente do IBRA. E' um caminho certo, para quem tem conhecimento com o Presidente do IBRA.

Penso, entretanto, que o Senador Petrólio Portela prestará um bom serviço ao Presidente se formular a pergunta por escrito, para que a resposta seja conhecida, não apenas pelo nobre Senador do Piauí mas, também, por todo o Senado e, daqui, através do comentário se estenda para o resto da Nação. E, assim, todos vamos fazer essas perguntas. Se o IBRA não nos responder, convocaremos o Senhor Ministro da Agricultura, indicando as perguntas para que S. Exa., da tribuna e nos termos da Constituição satisfaca a nossa curiosidade, que não é gratuita nem é leviana ou imprudente. E' a curiosidade dos que têm direito de saber, a curiosidade dos que pagam impostos.

Não tenho nem os sete palmos de terra do cemitério apenas uma mancha aqui em Brasília. E' o único pedaço de terra que eu possuo, além de um sítiozinho agora estou me embandando no Estado do Rio. Em homenagem ao Senador Vasconcelos Torres. Não sou etíope, portanto, pela Reforma Agrária. Estou fora dos seus limites e objetivos.

Mas o Rio Grande do Sul tem interesses profundos na reforma agrária sobretudo por causa do minifúndio. E no meu Estado o IBRA começou as suas tarefas de uma forma e extremamente notável numa região de cultura intensiva de arroz.

Pretendo dirigir, oportunamente, um segundo pedido de informações especialmente sobre o caso do Rio Grande, sobre essa orientação estranha. O IBRA no Rio Grande do Sul não se preocupou com o problema gravíssimo do minifúndio que domina uma das maiores zonas do Estado e se voltou para o famoso banhado de Colégio que é sem dúvida, uma região merecedora de cuidados, mas que está provocando uma grande celeuma por que dividem essa zona em lotes de 12 e 25 hectares sendo que os lotes de 12 hectares são anotados como insuficientes para a subsistência e o de-

envolvimento de uma família agrícola.

Em suma, o que eu me proponho a fazer e proponho que os colegas façam é bombardear o IBRA com pedidos de informações. O primeiro eu o redigi e vou ler para que Vossas Excelências tenham noção das primeiras perguntas. E insisto, são as primeiras perguntas, porque outras virão, e acompanhadas do auxílio dos nobres colegas.

As perguntas são as seguintes: (Lê:)

I — As últimas administrações do IBRA tem dado ênfase tão relevante às tarefas de cadastramento e de arrecadação de tributos que permite a muitos observadores e interessados julgar que em tais providências preliminares se tem esgotada toda a atividade do importante órgão.

Dai, caberem, para o devido esclarecimento da opinião pública, as seguintes perguntas:

1º) quais as razões de ordem técnica e de ordem política ou administrativa em que se apóia o IBRA para justificar esta orientação?

2º) quais os montantes do Imposto Territorial Rural arrecadado pelo IBRA aos proprietários: a) em 1966; b) em 1967; c) previsão para 1968?

É a pergunta do nobre Senador Bezerra Netto.

Acêrca desta indagação, e para que se torne possível aos estudiosos da matéria e aos interessados, em geral, formar juízo seguro, roga-se ao órgão mencionado fornecer quadros para cada Estado contendo: a) classes de áreas das propriedades; b) número de propriedades por classes de áreas; c) montante do imposto pago segundo as classes das áreas.

Justifico essa pergunta, que parece à primeira vista de difícil resposta, porque o IBRA, ainda no Governo Castello Branco, fez evantamento cadastral das propriedades brasileiras, mediante contrato altamente oneroso, com a IBM, e fez processamento de dados através de preenchimento de formulário que quebrou a cabeça de muita gente.

Esse formulário, depois de preenchido, foi processado pelo Bureau de serviços da IBM e o IBRA deve ter esses dados, os quais serão, naturalmente, atualizados no próximo recenseamento de 1970 — matéria, aliás, que está reclamando outro pedido de informações no sentido de saber que providências está tomando o Governo, já em meados de 1968, para que o censo de 1970 não resulte no deplavável insucesso do censo de 1965, do qual, até hoje, se ignoram os resultados referentes à indústria e à agricultura.

Continuam as perguntas:

3º) a cobrança do imposto Territorial Rural, tal como verificada nestes anos, trouxe alguma modificação na estrutura agrária brasileira? (Caso afirmativo, solicite-se a indicação das modificações havidas, Estado por Estado.)

4º) que modificações futuras a este respeito, espera o IBRA — pedindo-se-lhe que mencione as projeções numéricas e os prazos estimados.

II — A orientação acima referida tem resultado em vultosas alocações de recursos orçamentários e financeiros aos diversos Departamentos do IBRA.

Pergunta-se:

1º) qual a razão ou as razões e critérios em que se fundamenta o IBRA para estas alocações, indicando a distribuição delas, aos seus Departamentos, em 1966, 1967 e 1968?

2º) qual o número: a) do pessoal técnico (especificando suas especializações e profissões); b) do pessoal administrativo; c) do pessoal das demais categorias?

III — Considerando a importância das terras públicas do sudoeste do Estado do Paraná, seja pela sua potencialidade agrícola, seja pelo seu valor como área de absorção dos excedentes populacionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pergunta-se:

1º) que tem feito o IBRA de positivo, para resolver os problemas fundiários da região, especificando os resultados porventura obtidos?

2º) quantos servidores man em o órgão na região, discriminando o número pelas respectivas categorias: técnicos, de administração, outras?

Esta pergunta tem um interesse particular e de grande urgência. É sabido que no Rio Grande do Sul e já agora em Santa Catarina, em consequência do minifúndio se verificam deslocamentos e migrações vultosas para o Estado do Paraná. O Rio Grande do Sul, graças a prolificidade das famílias italianas e alemãs já há cerca de 40 anos vê contingentes vultosos de população se deslocarem, primeiro ocupando as glebas vazias de Santa Catarina e depois as do Paraná.

A explicação é conhecida em todo o Rio Grande. Devo dizer que a obra de colonização riograndense foi uma obra prima realizada no Século XIX feita através de uma imigração sem orientação. Mas pecou pela dimensão muito reduzida dos lotes agrícolas, que eram de apenas 24 hectares. A consequência é que os colonos, depois dos primeiros vinte anos de atividade começavam a ver os filhos e as filhas, com 18, 19 e 20 anos, saírem para procurar trabalho. O lote não era suficiente para as famílias primitivas e mais as novas famílias que se iam formando. Então, os jovens filhos das primeiras levas emigraram, primeiro para o Norte do Estado, para a zona de Palmeira, para a zona limítrofe ao Rio Uruguai, depois para Santa Catarina.

E nós temos nesta Casa um exemplo brilhante da capacidade desses homens. E o eminente Senador Altilio Fontana, cuja família era de Alfredo Chaves, hoje chamada Verânpolis, e que quando atingiu a maioridade foi para Santa Catarina e, já, pela sua excepcional capacidade de trabalho, pelo seu escorço administrativo, pela sua inteligência ínta, pelo seu esforço perseverante, construiu verdadeiramente um império econômico e tem criado riqueza e dado riqueza a uma vasta zona do Estado.

Em Mato Grosso também — está me fazendo lembrar o Senador Fernando Corrêa da Costa — um Mato Grosso também grandes contingentes riograndenses encontraram terra.

Mas, sobretudo nos últimos anos, eles se têm fixado no Paraná, em zonas das terras mais férteis do Brasil, mas também em zonas mais infestadas pelos grileiros e pelos fraudadores de propriedades.

Então o que acontece atualmente e uma situação de alta tensão social. Há milhares de famílias de riograndenses e catarinenses, em terras do Paraná, há muitos anos sem conseguir comprar ou legitimar a sua propriedade porque essas propriedades estão infestadas de grilos, estão infestadas de exploração.

Era, portanto, necessariamente uma área prioritária para o IBRA atuar a fim de regularizar a situação jurídica daquela área pela desapropriação e dar a terra aos homens e às famílias que há muitos anos ali trabalham enriquecendo o Brasil:

(Lendo)

"IV Item — O IBRA não tem, até o presente, quantificado os

objetivos da Reforma Agrária Brasileira, em termos de famílias que pretende implantar, prever o aumento, apenas, realizações de menor significação que não podem conduzir a modificações sensíveis na estrutura agrária do País.

Pergunta-se: 1º) quantas novas propriedades familiares foram entregues a agricultores sem terra em áreas desapropriadas pelo IBRA até a presente data com determinação precisa das zonas dos Estados e da natureza das áreas, isto é, se referentes a propriedades economicamente mal exploradas ou a propriedades sem qualquer exploração agro-pecuária (Nota importante) sendo — "Não se cogita, nem indagação acima, de atividades de colonização".

Porque essa pertence ao IBRA.

b) entrega de lotes a agricultores que já ocupavam anteriormente as terras.

Porque esta entrega de títulos é uma atividade da qual se tem frequentemente notícias pelos jornais, e se refere ao fato que o Senador Bezerra Netto há pouco apontava: se trata, apenas, de entregar títulos de terras públicas ocupadas há muitos anos, por famílias de agricultores e que, agora, estão apenas recebendo o título de legalização.

Não se trata, portanto, de atividade de um título de propriedade decorrente de atividade específica do IBRA. Se trata de dar andamento a processo que há décadas se arrastam pelos canais burocráticos, da máquina administrativa brasileira.

(Lendo)

2º) quantas novas propriedades familiares o IBRA pretende distribuir, em áreas desapropriadas (ou de propriedade pública) a agricultores sem terra em 1968?

3º) qual a programação para os próximos anos, neste capítulo?

4º) qual o número de unidades que o IBRA entende que deveria distribuir, por ano nas diversas áreas proprietárias para alcançar uma mudança satisfatória de nossa estrutura agrária?

V — Uma das nossas características da ação do IBRA é o total alijamento dos maiores interessados na efetivação da Reforma Agrária — os homens sem terra — em todos os escalões e departamentos da autoridade, o que dá aos observadores a impressão negativa e injustificável, de ali prevalecer ainda o sistema do paternalismo, hoje tão superado quanto condenado.

Pergunta-se:

1º) porque até agora não admitiu o IBRA um representante dos trabalhadores rurais no seu Conselho Técnico?

2º) quantos elementos ligados às classes patronais rurais — como seus representantes ou não — ocupam postos nos Conselhos do IBRA e em suas diversas dependências ou departamentos técnicos e administrativos?

VI — O IBRA tem concedido numerosos contratos a escritórios de planejamento. Pergunta-se:

1º) quais e quantos os contratos celebrados pelo IBRA, desde sua fundação até hoje com escritórios particulares de planejamento?

2º) quais os montantes em dinheiro, destes contratos, e sua forma de pagamento;

3º) foram feitas concorrências públicas ou mesmo consultas e tomada de preços e condições, (concorrências administrativas) para a escolha dos escritórios e atribuição das respectivas tarefas?

4º) quais os escritórios contemplados com estes contratos até hoje, indicando se o nome de seus dirigentes ou proprietários e dos

técnicos encarregados dos planejamentos ou outras atribuições?
5º) que responsabilidade têm os escritórios aludidos na execução dos serviços planejados?

6º) como a autarquia se acatou a respeito de uma eventual inviabilidade dos planos ou projetos apresentados pelos escritórios particulares?

VII — Outra característica da organização do IBRA é a manutenção de sua Polícia Rural. Pergunta-se: —

1º) Os indispensáveis serviços policiais não poderiam ser executados, com menor despesa, mediante o reforço e aperfeiçoamento dos corpos policiais convencionais?

2º) Algum outro órgão encarregado de promover a Reforma Agrária em qualquer outro país já instituiu ou possui Polícia Agrária própria?

VIII — Sabe-se que há indicação de fronteiras de atribuições entre o IBRA e o INDA.

Pergunta-se: — como vêm sendo conduzidas as relações destes órgãos, sobretudo quando atuam na mesma área?

II — Uma das questões mais delicadas e difíceis de uma Reforma Agrária é a fixação de prioridades.

Pergunta-se: —

1º) quais são as áreas prioritárias fixadas pelo IBRA e qual o critério que presidiu sua escolha?

2º) quais as áreas prioritárias em perspectiva?

São essas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as perguntas constantes desse meu primeiro requerimento.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exª permite um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exª, com essa sua iniciativa, dá a verdadeira medida e o valor do que deve ser o requerimento de informações parlamentar. Compete-nos, agora, fiscalizar, ou melhor, policiar regimentalmente, o atendimento a esse requerimento. Nós, pelo Regimento, temos meios legais para exigir o seu cumprimento e o não atendimento, através da lei interna, será objeto de uma ação mais decisiva, mais objetiva do Senado. Nesse particular é que chamo a atenção de V. Exª para que acompanhemos e sejamos exigentes quanto ao atendimento, à resposta ao seu requerimento.

O SR. MEM DE SA — Muito agradecido. Pode V. Exª ficar certo de que, ao tomar esta iniciativa, o fiz depois de reflexões amadurecidas.

Estou decidido a levar a cabo esta iniciativa contando com a colaboração indispensável e preciosa dos nobres colegas. Solicito que todos tornem os seus pedidos de informações.

Não estou fazendo uma campanha contra o IBRA. Não pretendo, de maneira alguma, hostilizar a direção do IBRA, pretendo estimulá-la, pretendo despertá-la, pretendo fazer com que ela diga o que está fazendo, o que está elaborando. Mas não penso os dirigentes do IBRA ou responsáveis pela política da agricultura brasileira, que eu me conformarei com o silêncio.

Apresento este pedido, hoje, 17 de junho. O IBRA terá o resto do mês e mais todo o mês de julho para trabalhar; levarei a minha tolerância até 17 de agosto, o que serão 60 dias. Se no fim desse prazo, nenhuma resposta ou satisfação tiver sido enviada, conto com o apoio do suficiente número de colegas para solicitar o comparecimento do Sr. Ministro da Agricultura ao plenário a fim de que S. Exª dê, oralmente, respostas às perguntas que nos foram negadas por escrito.

É esta a minha intenção, é este o meu propósito em favor e em benefi-

cio do Governo, em favor e prestígio do Marechal Costa e Silva a quem presto uma inestimável colaboração porque S. Exª, no meio das imensas atribuições e das preocupações que tem talvez não esteja com a sua atenção voltada para esse setor e eu então, vou auxiliá-lo com a intenção exclusiva de cooperação e de colaboração.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, a tolerância com que permitiu que eu me excedesse ao prazo regimental. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Antes de conceder a palavra ao orador que está inscrito, sinto-me no dever de esclarecer aos Senhores Senadores que ainda não têm muita prática a respeito de requerimentos de informações, que a fiscalização independe do requerente. Há um serviço no Senado que decorrido o prazo regimental de trinta dias, automaticamente reitera o requerimento junto às autoridades interpeladas. Essa reiteração faz parte da norma da Casa.

Também neste instante é válido dizer que os interpelados, caso não tenham condições de responder no prazo fixado pelo Regimento Interno, poderão pedir dilatação para o mesmo.

Acho que este esclarecimento se faz necessária de vez que notei alguma dúvida no Plenário, por parte de um eminente Senador, de que o próprio requerente deveria ter a seu cargo a fiscalização.

Reafirmo, neste instante, que há um serviço especializado, na casa, para este fim. Aliás a Secretaria do Senado cuida, exemplarmente, dessa fiscalização, que, concomitantemente, é exercida por aquele que deseja obter os dados solicitados no requerimento que enviou à Mesa.

O Senhor Senador Adem de Sá arquivou envio de requerimento de informação à Mesa, que o guarda para fazer proceder à leitura na hora do Expediente.

Tem a palavra o Senador Eurico Rezende.

Devo esclarecer a S. Exª que o seu tempo está limitado a 10 minutos.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Acabamos de retornar de uma viagem ao Espírito Santo. Em nosso Estado, tivemos oportunidade de assistir a um Congresso Regional de Prefeitos. O conclave contou com a participação dos Municípios de Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Icoporanga, Mantópolis, Montana, Murici, Nova Venécia, Pinheiros e São Mateus. As comunas em parêntese, em termos de área territorial totalizam 13 639 km² e sob o ponto de vista demográfico, possuem 281.474 habitantes e se localizam na região setentrional capixaba.

Aqueles chefes de executivos municipais adotaram medida que nos parece de larga importância e destinada mesmo a ter grande repercussão econômica. Poderia até, Sr. Presidente, salientar, e mesmo prever a imitação daquelas providências por parte de outras regiões do meu Estado e, também, pela de outros grupos e complexos municipais de outros Estados.

Todos sabemos que a tônica preponderante em civilização político-administrativa mais avançada é o progresso integrado: é o aproveitamento das potencialidades e dos recursos de uma determinada região. A própria Constituição de 1967, ao criar a figura das regiões metropolitanas, teve em vista, seu prejuízo da autonomia municipal, preconizar um sistema de atendimento a serviços e a interesses comuns de uma determinada região a fim de estabelecer a unidade da ação administrativa e, por via de consequência, evi-

tar, a pulverização e o desperdício de recursos financeiros. Assim foi que esses dez prefeitos do meu Estado reuniram-se no dia 7 do mês em curso, na cidade de Conceição da Barra, e criaram a Fundação para o Desenvolvimento Regional Integrado do Norte do Espírito Santo.

Temos lido, Sr. Presidente, em alguns setores da imprensa e tomado também conhecimento de pronunciamentos parlamentares, no sentido de que tem havido, da parte de inúmeros prefeitos, o gasto sem planejamento daquelas cotas tributárias arrecadadas e drenadas para os Municípios: de um lado, os 20% captados da arrecadação do Imposto de Circulação de mercadorias; de outro lado, as cotas devidas pela União aos Municípios, o que, somado, vem realizando, em nossas comunas, aquela euforia financeira, há longos anos reivindicada e desejada pelas nossas municipalidades.

Os Prefeitos do meu Estado — em cujas comunas os serviços municipais considerados isoladamente não dispõem de instalações técnicas para um planejamento adequado, disso resultando o desperdício, ou, então, a perplexidade administrativa — no que diz respeito ao setentrão capixaba, resolveram contratar a assessoria de conceituada empresa de planejamento, com sede na Guanabara, empresa essa que já realizou e executou contratos em vários Estados, merecendo o convênio com o Estado do Paraná, na época em que era seu Governador o nosso eminente colega, Senador Ney Braga. Foi um convênio vitorioso, que concorreu para que a terra dos pinheiros projetasse, sobre toda a geografia governamental do País, uma imagem cativante e vitoriosa de produção, de esforço e de produtividade. A Fundação em apêgo tem por finalidades:

“Promover ou examinar os instrumentos, medidas e atos necessários ao desenvolvimento regional integrado do Norte do Espírito Santo e das áreas econômicas vizinhas;

Estimular a colaboração mais estreita das administrações federal e estadual, órgãos federais e estaduais, entidades e empresas, com as municipalidades, seus órgãos e entidades, visando integrar e acelerar o processo de desenvolvimento regional;

Elaborar ou contratar a elaboração de planos, programas, orçamentos, projetos e esquemas visando o desenvolvimento regional integrado;

Coletar informações e dados, sobre recursos humanos e naturais, econômicos, sócio-culturais, sobre a Região, o Estado e o País, divulgando-se sistematicamente através de estatísticas e publicações, inclusive mediante estudos e pesquisas especiais;

Acompanhar a execução cu a implantação dos planos, programas, orçamentos, projetos, esquemas, estudos e pesquisas, de administração direta, indireta ou contratada, de interesse do desenvolvimento regional integrado;

Colaborar especialmente com o SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e o FIPLAN — Fundo de Financiamento dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado do BNH — Banco Nacional de Habitação, o FISANE — Fundo de Financiamento para Seaneamento, o SENAM — Serviço Nacional de Municípios e outros órgãos federais, estaduais e municipais, de interesse prioritário ao desenvolvimento regional integrado; deles buscando obter, em contrapartida, a má-

xima colaboração possível para esse desenvolvimento;

A ideação, elaboração e proposição de leis, decretos, regulamentos, normas e instruções tendo em vista maximizar os resultados operativos da FUNDAÇÃO e a plena satisfação dos objetivos sociais;

Colaboração com órgãos, entidades e empresas, no interesse mútuo, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado;

Promoção da formação, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico e administrativo necessário a implantação dos planos, programas e projetos, bem como, especificamente, às necessidades dos serviços e empreendimentos das Prefeituras associadas à FUNDAÇÃO;

Outras atribuições, legalmente cabíveis às fundações de caráter técnico-administrativo, visando o desenvolvimento regional integrado, e para as quais não haja necessidade de legislação ou autorizações legais específicas.”

Era esta, Sr. Presidente, a notícia que desejava comunicar à Casa e que se erige num acontecimento promissor, evidentemente auspicioso, porque abre uma larga perspectiva de ordem técnica e de planejamento para aquela próspera região espírito-santense.

O Sr. Carlos Lindemberg — Permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com todo prazer.

O Sr. Carlos Lindemberg — É um aparte rápido, apenas para dizer a V. Exª da alegria com que recebo a notícia que acaba de dar a esta Casa e quero, daqui, enviar meus cumprimentos aos nobres prefeitos que tomaram essa resolução, porque estão no caminho certo. Realmente, com a técnica que será adotada, poderão imprimir novos rumos na administração que estão fazendo naquela região. Era o que eu tinha a dizer a Vossa Excelência.

O SR. EURICO REZENDE — O aparte de V. Exª completa a alegria, o júbilo e o entusiasmo da representação do Espírito Santo, no Senado Federal, que assim contempla na medida adotada, com a Fundação que se instituiu, o dealbar, a abertura de um novo horizonte administrativo e sócio-econômico para aquela vasta área do território espírito-santense. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard.
Milton Trindade.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Petrônio Portela.
José Cândido.
Aloysio de Carvalho.
Gilberto Marinho.
Érciles Pedro.
Filinto Muller.
Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — A Presidência, de acordo com o deliberado na Sessão do Congresso Nacional de 11 do corrente, convoca Sessão Conjunta a realizarse, dia 18 de junho, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Sobre a mesa, requerimentos de informação que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 717, de 1968

Exmo. Sr. Senador Gilberto Marinho, M.D. Presidente do Senado Federal.

Nos termos regimentais requero a V. Exª se digne determinar as providências convenientes a fim de que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente ou por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, se necessário, preste as informações adequadas às seguintes questões e quesitos:

I — As últimas administrações do IBRA tem dado ênfase tão relevantes às tarefas de cadastramento e de arrecadação de tributos que permite a muitos observadores e interessados julgar que em tais providências preliminares se tem esgotado toda a atividade do importante órgão.

Dal, caberem, para o devido esclarecimento da opinião pública, as seguintes perguntas:

1º) quais as razões de ordem técnica e de ordem política ou administrativa em que se apoia o IBRA para justificar essa orientação?

2º) quais os montantes do imposto territorial rural arrecadado pelo IBRA aos proprietários: a) em 1964, b) em 1967; c) previsão para 1968?

Acresce desta indagação, e para que se torne possível os estudos da matéria e aos interessados, em geral, formar juízo seguro, roga-se ao órgão mencionado fornecer quadros para cada Estado contendo: a) classes de áreas das propriedades; b) número de propriedades por classes de áreas; c) montante do imposto pago segundo as classes das áreas.

3º) a cobrança do imposto territorial rural tal como verificada nestes anos trouxe alguma modificação na estrutura brasileira? (Caso afirmativo, solicita-se a indicação das modificações havidas, Estado por Estado.

4º) que modificações futuras, a este respeito, espera o IBRA — pedindo-se-lhe que mencione as projeções numéricas e os prazos estimados.

II — A orientação acima referida tem resultado em vultosas alocações de recursos orçamentários e financeiros aos diversos Departamentos do IBRA.

Pergunta-se:

1º) qual a razão ou as razões e critérios em que se fundamenta o IBRA para estas alocações, indicando a distribuição delas, aos seus Departamentos, em 1966, 1967 e 1968?

2º) qual o número: a) do pessoal técnico, especificando suas especializações e profissões; b) do pessoal administrativo; c) do pessoal das demais categorias?

III — Considerando a importância das terras públicas do sudoeste do Estado do Paraná, seja pela sua potencialidade agrícola, seja pelo seu valor como Área de absorção dos excedentes populacionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pergunta-se:

1º) que tem feito o IBRA de positivo, para resolver os problemas fundiários da região, especificando os resultados por ventura obtidos?

2º) quantos servidores mantém o órgão na região, discriminando o número pelas respectivas categorias: técnicos, de administração, outras?

IV — O IBRA não tem, até o presente, quantificado os objetivos da Reforma Agrária Brasileira, em termos de famílias que pretende implantar, preferindo anunciar, apenas, realizações de menor significação que não podem conduzir a modificações sensíveis na estrutura agrária do país.

Pergunta-se:

1º) quantas novas propriedades familiares foram entregues a agricultores em terra em áreas desapropriadas pelo IBRA até a presente data

— com discriminação precisa dos anos, dos Estados e da natureza das áreas, isto é, se referentes a propriedades economicamente mal exploradas ou a propriedades sem qualquer exploração agropecuária?

(Nota importante: Não se cogita, na indagação acima, de: a) atividades de colonização; b) entrega de títulos a agricultores que já ocupavam anteriormente terras).

2º) quantas novas propriedades familiares o IBRA pretende distribuir, em áreas desapropriadas (ou de propriedade pública) a agricultores sem terra em 1968?

3º) qual a programação para os próximos anos, neste capítulo?

4º) qual o número de unidades que o IBRA entende que deveria distribuir, por ano, nas diversas áreas proprietárias para alcançar uma mudança satisfatória de nossa estrutura agrária?

V — Uma das menos compreensíveis características da ação do IBRA é o total alijamento dos maiores interessados na efetivação da Reforma Agrária — os homens sem terra — em todos os escalões e departamentos da autarquia, e que dá aos observadores a impressão, negativa e injustificável, de ali prevalecer ainda o sistema do paternalismo, hoje tão superado quanto condenado.

Pergunta-se:

1º) porque até agora não admitiu o IBRA um representante dos trabalhadores rurais no seu Conselho Técnico?

2º) quantos elementos igados às classes patronais rurais — como seu representantes ou não — ocupam postos nos Conselhos do IBRA e em suas diversas dependências ou departamentos técnicos e administrativos?

VI — O IBRA tem concedido numerosos consultos a escritórios de planejamento. Pergunta-se:

1º) quais e quantos os contratos celebrados pelo IBRA, desde sua fundação até hoje, com escritórios particulares de planejamento?

2º) quais os montantes em dinheiro, destes contratos, e sua forma de pagamento;

3º) foram feitas concorrências públicas ou mesmo consulta e tomada de preços e condições, (concorrências administrativas) para a escolha dos escritórios e atribuição das respectivas tarefas?

4º) quais os escritórios contemplados com estes contratos até hoje, indicando se o nome de seus dirigentes e proprietários e dos técnicos encarregados dos planejamentos ou outras atribuições?

5º) que responsabilidade têm os escritórios aludidos na execução dos serviços planejados?

6º) como a autarquia se acautela a respeito de uma eventual inviabilidade dos planos ou projetos apresentados pelos escritórios particulares.

VII — Outra característica da organização do IBRA é a manutenção de sua Polícia Rural. Pergunta-se:

1º) Os indispensáveis serviços policiais não poderiam ser executados, com menor despesa, mediante o reforço e aperfeiçoamento dos corpos policiais convencionais?

2º) Algum outro órgão encarregado de promover a Reforma Agrária em qualquer outro país já instituiu ou possui Polícia Agrária própria?

VIII — Sabe-se que há indefinição de fronteiras de atribuições entre o IBRA e o INDA.

Pergunta-se: como vêm sendo conduzidas as relações destes órgãos, sobretudo quando atuam na mesma área?

IX — Uma das questões mais delicadas e difíceis de uma Reforma Agrária é a fixação de prioridades.

Pergunta-se:

1º) quais são as áreas prioritárias fixadas pelo IBRA e qual o critério que presidiu sua escolha?

2º) quais as áreas prioritárias em perspectiva?

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Mem de Sá.*

Requerimento nº 718, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio sobre exportação de café para a Suécia.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio — o seguinte:

1) Em quanto monta nossa exportação de café para a Suécia, em números de sacas e cruzeiros novos?

2) Se está havendo decréscimo, anualmente, das exportações do café brasileiro para aquele país, e, em caso positivo, quais os fatores dessa diminuição e as providências tomadas para contornar o sério problema?

3) Quais os concorrentes internacionais do nosso produto e, se possível, fornecer os nomes daqueles que nos últimos dois anos, tiveram suas exportações de café aumentadas para a Suécia.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 719, de 1968

Solicita ao Poder Executivo através do Ministério dos Transportes — Comissão de Marinha Mercante, STBG — informações sobre restabelecimento do serviço de barcas para a Ilha do Governador, na Baía de Guanabara.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Comissão de Marinha Mercante, STBG — quais as providências tomadas visando restabelecer o serviço de barcas para a Ilha do Governador, na Baía de Guanabara.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 720, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre dragagem do canal Carmari, distrito de Queimados, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais foram as providências tomadas visando a dragagem do canal de Carmari, no distrito de Queimados, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 721, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre instalação de um posto de atendimento de urgência (antigo SAMDU) em Paraiíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — quais as providências tomadas visando a instalação de um posto de atendimento de urgência (antigo SAMDU) no município de Paraiíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 722, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — informações sobre dragagem e reificação de bacia do Rio Macaé, no Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais os municípios fluminenses a serem beneficiados com o plano de dragagem e reificação de bacia do rio Macaé, no Estado do Rio, bem qual a previsão para início e término das respectivas obras.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 723, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre não existência de sinalização dentro do município de Sapucaia, no distrito de Anta, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — qual a razão de não existir sinalização dentro do distrito de Anta, no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, onde passa a rodovia Rio-Bahia, e que tem sido a causa de inúmeros acidentes naquele local.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 724, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre recuperação da ponte no Rio Paraiíba em Paraiíba do Sul, Estado do Rio.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — se foi tomada alguma medida visando a recuperação da ponte sobre o rio Paraiíba, em Paraiíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — *Senador Vasconcelos Torres.*

Requerimento nº 725, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central — informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central — sobre o seguinte:

1) Já foi constituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional — CONDEPE?

2) Quais os resultados de suas atividades até a presente data?

3) Recebeu o Governo Brasileiro as parcelas do empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, bem como se o Banco Central efetuou o pagamento ao FUNDEPE de sua parte na constituição deste órgão?

4) Em caso negativo quanto aos itens 1 e 3, quais as providências em andamento para dar andamento ao chamado "Projeto Pecuária"?

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 726, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — informações sobre concursados a serem admitidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre o seguinte:

1) Quais as providências adotadas pelo INPS visando a aproveitar candidatos habilitados em concursos públicos, pelo DAPC, bem como em que localidades será isto possível?

2) Quais os critérios que nortearam o Instituto ao fixar os vencimentos de servidores a serem admitidos pelo regime da CLT, os quais serão maiores que os de funcionários atuais?

3) Existem planos para colocar os atuais funcionários em igualdade de condições com os a serem admitidos no tocante a: 1º salário, aposentadoria aos 30 anos de serviço, além de outras vantagens concedidas pela CLT?

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 727, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre importação de gado.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, quais as providências tomadas para evitar que sejam importados animais portadores de doenças capazes de prejudicar o rebanho nacional.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 728, de 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Marinha — Instituto de Pesquisas da Marinha — informações sobre atividades do IPM.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Marinha — Instituto de Pesquisas da Marinha — se pretende industrializar o peixe, visando a obtenção da farinha de peixe, pelo processo adotado pelo Instituto de Pesquisas da Marinha, bem como de outros sucedâneos, e se existe convênios com outras repartições federais e estaduais, notadamente a SUDEPE, para o incremento do estudo de uma alimentação extraída do mar.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 729, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre o pagamento das últimas parcelas referentes às bolsas de estudo do PEBE.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, por que motivo não foi efetuado o pagamento das últimas parcelas referentes às bolsas de estudo do PEBE, depois de pagas as primeiras, com sérios prejuízos para os beneficiários.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 730, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre pavimentação da Estrada de Werneck, em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais as providências tomadas visando a pavimentação da Estrada de Werneck, em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 731, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, sobre construção da galeria de águas pluviais da Rua das Palhas, em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior, se já foram feitos ou estão em elaboração os planos para a construção da galeria de águas pluviais da Rua das Palhas, em Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de deliberação do Plenário. De acordo com o artigo 2.º, inciso "d" do Regimento Interno, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Encontram-se presentes 63 Senhores Senadores. Portanto não há quorum para as deliberações.

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65 de 1968, de 1.139-68, na Casa de origem de iniciativa do Sr. Presidente da República, que considera de utilidade pública a Fundação Ford (Ford Foundation), com sede em New York Estados Unidos da América (incluído em Ordem do Dia nos termos do parágrafo único do art. 370) tendo Parecer favorável, proferido oralmente na sessão anterior) da Comissão de Projetos do Executivo e dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda de Plenário; e de Projetos do Executivo, sobre a emenda de Plenário.

O Projeto constou da Ordem do Dia da sessão de 14 de corrente, quando foi emitido parecer oral favorável, pela Comissão de Projetos do Executivo.

Na oportunidade foi encerrada a discussão da matéria, com a apresentação da Emenda nº 1, de Plenário.

Solicito ao Senador Carlos Lindenberg, relator da matéria nas Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo, os pareceres dessas Comissões.

O SR. CARLOS LINDBERBERG:

(Para emitir Parecer. Sem revisão do orador). Sr. Presidente: O Projeto de Lei nº 65 veio da Câmara dos Deputados já com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela sua aprovação. Recebeu a Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, que merece, bem como o projeto, parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça quanto à constitucionalidade.

Em nome da Comissão de Constituição e Justiça, assim, dou parecer favorável, quanto à constitucionalidade e à juridicidade do projeto e da emenda. Entretanto, em nome da Comissão de Projetos do Executivo quer me parecer que a emenda não cabe neste projeto. Daí porque sou levado a dar parecer contrário, em nome desta Comissão.

E o que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade do projeto e da emenda, enquanto que o parecer da Comissão de Projetos do Executivo é contrário à emenda.

Não havendo quorum para votação, a matéria fica adiada.

As matérias constantes dos itens 2, 3 e 4 estão em fase de votação.

Por falta de quorum, ficam também adiadas para a sessão de amanhã.

O SR. BEZERRA NETTO:

Peço a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Tem a palavra o Senador Bezerra Netto, pela ordem.

O SR. BEZERRA NETTO:

(Pela ordem. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, a matéria cons-

tante do Item 5 e o Projeto de Lei nº 59 de iniciativa do Sr. Presidente da República, que mereceu substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Parece-me que, em sessão anterior, tinha sido aprovado requerimento no sentido de não ser encerrada a discussão da matéria. Mas aqui no avulso figura o Projeto de Lei nº 59 como tendo a discussão encerrada, embora tenha sido riscada a palavra discussão e substituída a mão pela palavra votação.

Senhor Presidente, se estiver encerrada a discussão da matéria, nós estaremos em face de um fato lamentável.

Trata-se de projeto de excepcional importância, que já chegou atrasado ao Senado Federal e foi objeto de estudo e minucioso substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, substitutivo de autoria do nobre Senador Eurico Rezende.

No plenário não tivemos oportunidade através da discussão, de apreciar o projeto, o substitutivo e as dezenas de emendas que vieram à Mesa.

Quanto às emendas e ao substitutivo, dir-se-á que haverá oportunidade, ainda, para sua apreciação no plenário. Ocorre, entretanto, que estamos em fim de prazo. É projeto de iniciativa do Executivo, premiado com aquele sistema de automatismo: em cerrado o prazo, não tendo sido apreciado pelo Congresso, é automaticamente considerado aprovado e já recebe a sanção do Presidente da República.

Senhor Presidente, contamos agora nesta sessão, com a presença do nobre Delator do projeto, S. Exª, na sessão de quinta-feira, não se encontrava na Casa. Na sessão de quinta-feira não era possível apreciação, mesmo superficial, da matéria de vez que no plenário havia número reduzidíssimo de Senadores. Seria falar em vão, ou sem qualquer alcance para o número considerável de representantes da Casa.

Consultaria a V. Exª, Sr. Presidente, se está encerrada a discussão, ou se a mesma poderá ser feita na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE:

Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Bezerra Netto.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Com a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para contrariar) (Sem revisão do orador). Sr. Presidente, o recelo do eminente Senador Bezerra Netto é de todo procedente, pois o que se pleiteou, naquela oportunidade, segundo fui informado, foi a oportunidade de se discutir a matéria nesta semana. Mas, Sr. Presidente, a discussão da matéria não ficará encerrada, de vez que, tendo a Comissão de Justiça oferecido substitutivo, haverá um outro turno, em que a discussão será reaberta e com ela o ensejo do debate e até mesmo da apresentação de emendas.

Por outro lado, o prazo fatal para o debate da matéria esgotar-se-á no dia 20, quinta-feira.

Acontece que no dia 20 instalar-se-á o Parlamento Latino-Americano e não haverá sessão. Isto, então, nos dá a certeza de que o prazo terminará depois de amanhã. O que se combinou, na última sessão, foi o Relator dar o parecer, hoje, sobre as emendas, aguardando-se as sessões de amanhã e de depois de amanhã para a discussão e a votação do projeto e do substitutivo. (Muito bem.)

O SR. BEZERRA NETTO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Tôrres) — V. Ex.^a vai-me permitir que decida a questão da ordem...

O SR. BEZERRA NETTO:

É um subsídio que quero trazer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Tôrres) — Vou abrir um precedente, em homenagem a V. Ex.^a, mas regimentalmente eu teria de decidir e a Mesa está habilitada a preferir decisão a respeito.

O SR. BEZERRA NETTO:

(Sem revisão do orador) — Agradeço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, mas estamos num caso de emergência, aliás, de dois dias. O projeto, tudo indica, receberá um substitutivo, portanto receberá uma emenda e voltará à Câmara dos Deputados. O seu prazo fatal termina na próxima quinta-feira. De modo que, tudo indica, se não tomarmos providências, através de sessões extraordinárias no Senado, de hoje para amanhã, vai prevalecer o projeto inicial do Sr. Presidente da República.

O projeto, emendado, terá que voltar à Câmara dos Deputados onde não haverá mais sessão depois de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Tôrres) — Decidindo a questão de ordem formulada pelo nobre Senador Bezerra Neto e contradiada pelo nobre Senador Eurico Rezende, devo informar que o projeto foi incluído na Ordem do Dia no 11 do corrente. Nesta data, após a leitura, pelo Sr. 1.^o Secretário, das emendas de nº 2 a 37, usou a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto, na discussão do projeto, concluiu por enviar à Mesa o Requerimento número 707 que, submetido a votos, foi aprovado, solicitando o adiamento da discussão para a sessão do dia 14 próximo.

Com a própria atuação do nobre Senador Bezerra Neto, a Mesa responde à questão de ordem mantendo o projeto em votação e acolhendo, em parte, a contradição do nobre Senador Eurico Rezende. De fato, o projeto terá um outro turno, em virtude das emendas apresentadas. Devo informar ao nobre suscitante da questão de ordem que se abrirá um novo prazo, na Câmara dos Deputados, pelo espaço de 10 dias, para que a matéria seja apreciada.

No momento, a Mesa não tem como atender a questão de ordem formulada pelo nobre Senador Bezerra Neto, de vez que foi S. Ex.^a quem havia solicitado por um dia, o adiamento da discussão e esta foi encerrada, sem que as emendas fossem apresentadas.

Então, a decisão da Mesa está tomada. O projeto está em fase de votação.

O projeto teve seu prazo encerrado na sessão do dia 14 do corrente.

Vou solicitar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas de plenário, de números 2 a 37.

Com a palavra, para emitir o parecer, o Sr. Senador Eurico Rezende, Relator da matéria naquela Comissão.

O SR. EURICO REZENDE:

(Lê o seguinte parecer) — Sr. Presidente, damos, a seguir, parecer às 37 emendas apresentadas.

Emenda nº 2: parecer contrário. O art. 1.^o do Substitutivo dá melhor redação.

Emenda nº 3: parecer contrário. Não há o que distinguir, para o efeito desejado pela emenda, entre "notas fiscais ou parciais". Tudo é nota fiscal. O que acontece é que a nota

fiscal pode ser global ou parcial. A emenda nada alcança.

Emenda nº 4: parecer favorável. Efetivamente, a data certa do vencimento ou de ser ela à vista exclui possibilidade de confusão ou retardamento.

Emenda nº 5: parecer contrário. As normas a serem baixadas, tem como as leis fiscais, poderão mandar incluir, como elemento de complementação, os números dos cadastros no Registro de Contribuintes, tendo o comprador como do vendedor, tudo para salvaguarda dos seus direitos. É o que faculta o art. 23 do Substitutivo.

Emendas ns. 6 — 7 — 8 — 9 — 10 e 11: parecer contrário. Seus objetivos estão atendidos no Substitutivo.

Emenda nº 12: parecer contrário. O problema de "duplicata fiscal" foi considerado inoportuno para a presente proposição. Por outro lado, o pagamento de tributos, seja de que natureza forem, ou é fixado por lei ou pode ser acordado entre as partes.

Emendas ns. 13 — 14 — 15 — 16 — 17 e 18: parecer contrário. Os seus designios constam do Substitutivo.

Emenda nº 19: parecer contrário. É óbvio que ranguem-se arriscaria a emitir duplicata de natureza, sem que houvesse venda real.

Emenda nº 20: parecer contrário. A inclusão do inciso proposto poderia ensejar manobra ilícita do comprador. Bastaria admitir-se uma baixa no mercado para que a mercadoria fosse devolvida, sem qualquer razão outra. Os encargos seriam do vendedor, que aqui, no entanto, de acordo com o pedido. Oferece risco a emenda, embora sua acolhida possa seduzir num exame fora da realidade.

Os §§ 1.^o e 2.^o estão bem melhor dispostos no Substitutivo, que se inclinam por situação mais clara.

O § 3.^o é matéria de natureza fiscal, que o projeto excluiu totalmente.

Emenda nº 21: parecer favorável. De fato, nos casos de prorrogação de vencimento que deverá ser autorizado pelo vendedor, pode (e sempre ou quase sempre acontece) ser que a duplicata esteja em mãos de cobradores, o que dificultará a medida de exceção.

Emenda nº 22: parecer contrário. A emenda contraria a grande conquista objetivada pelo Substitutivo, que é o protesto por falta de aceite sempre não ocorrerem os casos previstos no artigo 8.^o. A medida proposta pela emenda dá instrumentos válidos ao comprador relapso. Adquire a mercadoria, vende-a e não paga ao vendedor, e lhe tira, pelo não aceite da duplicata, os meios e os recursos de cobrança. Tal estado de coisas não pode prevalecer.

Emenda nº 23: parecer contrário. Invocam-se as mesmas razões expostas quando da apreciação da emenda nº 18. O Substitutivo dispõe de maneira mais objetiva.

Emenda nº 24: parecer contrário. O Substitutivo regula bem o problema do protesto. É o que se observa nos artigos 13 e 14.

Emenda nº 25: parecer contrário. A emenda deseja uma coisa que não é a mesma do artigo mencionado pois o prazo de 90 dias ali referido é para que se proteste o título até 90 dias, sob pena de perder-se o direito de regresso contra os endossatários e respectivos avalistas. Se ocorrer a falta de aceite e o credor delongar no exercício do protesto, estará somando resultados negativos. A questão vem atendida, com redação igual à do projeto original, pelo § 2.^o do artigo 13, do Substitutivo.

Emendas ns. 26, 27, 28 e 29 e 30: parecer contrário. O Substitutivo regula a matéria de forma a melhor atender o problema do protesto. Assim se contém em seu artigo 14 e outros.

Emenda nº 31: parecer favorável, no que diz respeito ao prazo de três anos para que o credor exerça a ação

de cobrança contra o sacado e respectivos avalistas, contado da data do vencimento do título.

Adotando, como adotamos, parte da emenda, fica alterada a redação do item I do artigo 18 do Substitutivo, mantidas as disposições dos itens II e III.

De fato não se entende permançam as partes "amarradas" a uma obrigação por 5 anos, quando 3 anos constituem prazo folgado para o exercício do direito.

Emenda nº 32: parecer contrário. Atendida a finalidade da emenda pelo disposto no § 3.^o do artigo 19 do Substitutivo.

Emenda nº 33: parecer favorável. Realmente, a expressão proposta define melhor a natureza do título.

Emenda nº 34: parecer favorável. As razões da sua justificativa são convincentes. No que respeita ao § 2.^o desta emenda, por força da eliminação do § 4.^o, do artigo 8.^o do projeto original propomos, quanto ao mesmo § 2.^o, a seguinte redação no Substitutivo:

"Registrada a fatura ou conta no Cartório de Títulos e Documentos, será ela remetida ao devedor, com as cautelas constantes do artigo 6.^o."

Emenda nº 35: parecer contrário. A emenda oferecida tem o seu alcance absorvido pelo artigo 25 do Substitutivo, onde a pena prevista embora pareça suave, tem condições para amedrontar, criminal e financeiramente.

Emenda nº 36: parecer favorável. Em consequência, inclui-se um § 2.^o no artigo 12 do Substitutivo, transformando-se o parágrafo único em § 1.^o, ficando aquele com a seguinte redação:

"§ 2.^o Prescreve em 5 (cinco) anos o direito do credor por duplicata".

Emenda nº 37: parecer contrário. A emenda esta atendida pelo artigo 27 do Substitutivo.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Tôrres) — O parecer é favorável às Emendas nº 4 — 21 — 31 — 33 — 34 e 36 e contrário às demais.

Não havendo quorum para votação, o projeto constará da Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Tôrres) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Luiz de Barros) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. VASCONCELOS TÔRRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores o Brasil tem apresentado uns paradoxos que a gente custa a entender. Agora, por exemplo, vamos importar uma apreciável quantidade de manteiga da Bélgica, da Alemanha e da Dinamarca.

A SUNAB permitiu que esta operação fosse feita e, ao que sei, não há escassez do produto no mercado consumidor.

Minas Gerais está produzindo muita manteiga, também São Paulo, Estado do Rio e o Nordeste.

Sr. Presidente, a manteiga está nos supermercados de Brasília à vontade, embora por um preço alto, seja dito de passagem, mas existe a mercadoria.

E o que há de pior é que, se essa manteiga fosse colocada no mercado por um preço abaixo da tabela, muito que bem. Mas, Sr. Presidente, eu estou seguramente informado de que ela será vendida pelo mesmo preço tabelado pela SUNAB, e será comprada muito mais barato. Dizem que entre 60 e 70%.

E eu não aceito que se repita aqui aquele caso da antiga importação de manteiga da Argentina e que se descobriu, depois, que não era manteiga, era sebo. Há uma diferença de denominação entre *manteiga* e *maniequilha*. Foi o produto distribuído, há uns anos atrás, com uma cor esquisita de ocre e que, inclusive, deixava uma mancha difícil de ser tirada, — mesmo o detergente mais eficaz em uso em nosso País.

No momento em que eu sigla a minha voz neste plenário, chamando o Sr. Ministro da Agricultura Sua Excelência está negando, está fugindo ao debate, mandando requerimentos protetórios, diz que tem congressos, ao contrário de outros titulares que, quando convocados são os primeiros a se entenderem com as lideranças, vêm para aqui e debatem.

Se o problema da importação do leite em pó está ameaçando as bases leiteiras de vários Estados, poderia perfeitamente ser discutido aqui com o Ministro da Agricultura. Mas, S. Exa. parece que tem alergia à tribuna.

E aqui, Sr. Presidente, não há nenhum cerimonial oratório. O Senhor Ministro pode vir, trazer sua exposição por escrito e será interpelado. Se é capaz, sai-se bem. Se tem dificuldade verbal, poderá, com os assessores, dar conta perfeitamente da convocação a que fica submetido.

Mas, justamente pela importação de leite em pó, os Srs. Senadores conhecem de perto os problemas da pecuária, sabem que está navendo sobreabundância de leite e que essa sobreabundância é transformada em manteiga, em laticínios e nós estamos também importando laticínios.

Sr. Presidente, confesso a V. Excelência que gostaria imenso que o Presidente Arthur da Costa e Silva desse um puxão de orelhas ao Ministro Ivo Arzuva e também, Superintendente da SUNAB. Todo mundo sabe, é evidente, meridiano, que não há necessidade, para o Brasil, neste instante, de importar manteiga ou leite em pó, porque temos fábricas, tanto na região Centro Sul como no Nordeste, que produzem a mercadoria, de inegável utilidade para a alimentação, principalmente das crianças, que carecem deste alimento verdadeiramente indispensável no cardápio de um povo subnutrido como o nosso.

Paralelamente a isto, Sr. Presidente há outra notícia que esclarece, que é inacreditável, a respeito daquele famoso feijão mexicano, o *ojo de cobra*, que chegou a ser distribuído em pacotes de duzentas gramas, para que a população pudesse consumir. Mas é feijão mais duro do que a cabeça de determinados elementos que não querem compreender a realidade econômica brasileira, um feijão que as donas de casa repudiaram e que nem sequer servia para fazer calçamento, tão duro que podia servir de pedregulho, mais duro do que qualquer pedra, dessas com que as crianças costumam brincar nos parques brasileiros.

O Sr. Bezerra Neto — A realidade econômica brasileira em que Vossa Excelência fala é complexa, ou melhor, é muito complicada. O Brasil faz muitos anos, nós o classificamos como o país essencialmente agrícola. E temos que importar feijão do México. O Brasil é conhecido como o país de maior produção bovina, país de pecuária altamente avançada...

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

E eu não aceito que se repita aqui aquele caso da antiga importação de manteiga da Argentina e que se descobriu, depois, que não era manteiga, era sebo. Há uma diferença de denominação entre *manteiga* e *maniequilha*. Foi o produto distribuído, há uns anos atrás, com uma cor esquisita de ocre e que, inclusive, deixava uma mancha difícil de ser tirada, — mesmo o detergente mais eficaz em uso em nosso País.

No momento em que eu sigla a minha voz neste plenário, chamando o Sr. Ministro da Agricultura Sua Excelência está negando, está fugindo ao debate, mandando requerimentos protetórios, diz que tem congressos, ao contrário de outros titulares que, quando convocados são os primeiros a se entenderem com as lideranças, vêm para aqui e debatem.

Se o problema da importação do leite em pó está ameaçando as bases leiteiras de vários Estados, poderia perfeitamente ser discutido aqui com o Ministro da Agricultura. Mas, S. Exa. parece que tem alergia à tribuna.

E aqui, Sr. Presidente, não há nenhum cerimonial oratório. O Senhor Ministro pode vir, trazer sua exposição por escrito e será interpelado. Se é capaz, sai-se bem. Se tem dificuldade verbal, poderá, com os assessores, dar conta perfeitamente da convocação a que fica submetido.

Mas, justamente pela importação de leite em pó, os Srs. Senadores conhecem de perto os problemas da pecuária, sabem que está navendo sobreabundância de leite e que essa sobreabundância é transformada em manteiga, em laticínios e nós estamos também importando laticínios.

Sr. Presidente, confesso a V. Excelência que gostaria imenso que o Presidente Arthur da Costa e Silva desse um puxão de orelhas ao Ministro Ivo Arzuva e também, Superintendente da SUNAB. Todo mundo sabe, é evidente, meridiano, que não há necessidade, para o Brasil, neste instante, de importar manteiga ou leite em pó, porque temos fábricas, tanto na região Centro Sul como no Nordeste, que produzem a mercadoria, de inegável utilidade para a alimentação, principalmente das crianças, que carecem deste alimento verdadeiramente indispensável no cardápio de um povo subnutrido como o nosso.

Paralelamente a isto, Sr. Presidente há outra notícia que esclarece, que é inacreditável, a respeito daquele famoso feijão mexicano, o *ojo de cobra*, que chegou a ser distribuído em pacotes de duzentas gramas, para que a população pudesse consumir. Mas é feijão mais duro do que a cabeça de determinados elementos que não querem compreender a realidade econômica brasileira, um feijão que as donas de casa repudiaram e que nem sequer servia para fazer calçamento, tão duro que podia servir de pedregulho, mais duro do que qualquer pedra, dessas com que as crianças costumam brincar nos parques brasileiros.

O Sr. Bezerra Neto — A realidade econômica brasileira em que Vossa Excelência fala é complexa, ou melhor, é muito complicada. O Brasil faz muitos anos, nós o classificamos como o país essencialmente agrícola. E temos que importar feijão do México. O Brasil é conhecido como o país de maior produção bovina, país de pecuária altamente avançada...

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

O Sr. Bezerra Neto — Já era o terceiro do mundo em pecuária, quando tivemos que importar, comprar carne de baleia para resolver o problema de escassez de carne. Agora, V. Ex.^a, anuncia a importação de manteiga. De modo que a causa é mais profunda vem-se arrastando há muitos anos e o desmantelamento

O SR. VASCONCELOS TORRES — O terceiro do mundo.

demonstra o que não há revolução que dê jeito.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exatamente. E agradeço ao aparte de V. Ex.^a, não vejo necessidade de importar manteiga. E Vossa Excelência sabe que houve realmente um período em que as necessidades não puderam ser atendidas. Mas a humilhação que sentimos ao importar feijão, é quase que uma ameaça, também, com a vergonha imensa de, amanhã, termos que importar café, porque, quem importa feijão, quem importa arroz, necessariamente acabará por importar açúcar e café. Todavia não quero avançar, Sr. Presidente, porque tenho as afirmações apressadas. Mas eu tenho sabido que o Presidente da República toma conhecimento de determinados fatos, avoca à sua autoridade o exame de determinados negócios e muito deles têm sido impedidos, porque, realmente, — eu faço questão de frisar — há austeridade na pessoa do Senhor Presidente da República.

Mas há descuido, em certos órgãos subalternos, Sr. Presidente, ou por falta de conhecimento da situação econômica, desses irreais, desses fantasistas, e eu não queria dizer negocistas, porque a palavra seria muito avançada, mas, neste caso, a opinião pública fica com a pulga atrás da orelha, e ainda mais pelo fato de que está anunciado que a manteiga belga, a manteiga alemã, a manteiga francesa, a manteiga dinamarquesa, embora comprada a um preço relativamente baixo, no mercado internacional, será vendida aqui pelo mesmo preço tabelado pela SUNAB.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Digo a V. Ex.^a que o Senador Nelson Maculan fez uma demonstração, aqui no Plenário, de que seria bem possível, o Brasil, terminar por importar café.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, do jeito em que a coisa vai não sei onde pararemos. O leite em pó, que poderia ser fabricado aqui, é importado; importamos esse feijão, a que há pouco me referi e que qualquer dona de casa — V. Ex.^a sabe como as mulheres compreendem bem esse problema — esse feijão foi refugado porque é as que conseguiram cozinhar-lo, parece que o colocaram de molho um dia, no dia seguinte ainda estava duro, uma semana depois estava ligeiramente amolecido, mas não se transformou naquele prato tão indispensável ao cardápio do brasileiro. Entretanto, gastamos as divisas nacionais e este feijão, que não pôde ser vendido mas foi comprado por aqueles que não conhecem os problemas alimentares do País, foi vendido como adubo. Apodreceu, e a Holanda o está comprando por um preço aviltado e que choca profundamente a todos nós, principalmente pelo fato de que esses que efetuam essas compras fazem essas aquisições e nada explicam. Por este motivo ocupo a tribuna, como representante do povo, para lamentar que tanto a importação da manteiga quanto a venda do feijão como adubo tenham justamente criado um mal-estar em toda a população brasileira.

Esse feijão, Sr. Presidente, aqui está: a COBAL desmentia que o feijão, num total de 17 mil toneladas tivesse ficado encalhado e estivesse sendo negociado para outro país. E agora vai ser transformado em adubo por falta de comercialização no consumo. Com total segurança dizem os técnicos em abastecimento de feijão mexicano, do tipo preto, havia sido todo vendido, restando "apenas" pequena quantidade do tipo "ojo de cabra", que não foi bem aceito pela população.

A primeira importação do produto do feijão, do México trouxe 4.700 toneladas de feijão; a segunda, 10 mil

toneladas e a terceira, 47 mil toneladas.

Isso em 65. Num total de 61.700 toneladas de feijão importado, em 1.030.000 sacas de 60 quilos e na quantidade dividida de 23 mil toneladas do tipo "preto" e 38.700 do "ojo de cabra", justamente o mais rejeitado pela população.

Sr. Presidente, se ocupo a tribuna é para que a minha voz possa ser ouvida num escalão mais elevado, porque, num outro intermediário, certos fatos levam o povo a descrença e a crítica violenta às nossas autoridades. E como eu faço questão de ressaltar a pessoa do Chefe do Governo e acredito que, na minha frente, o Serviço Nacional de Informações já tenha prestado contas de que há um choque de opiniões tanto pela importação da manteiga, quanto pela importação do feijão, é que peço sejam essas responsáveis chamadas à fala.

Não é problema de Oposição nem de Governo.

É o problema de realidade. É problema, Sr. Presidente, que muito me está preocupando. Lamento estar falando quando é — agora, dezessete e dez, essa valorosa bancada da imprensa já mandou pelo TELEX tudo o que tinha que mandar e, assim, fiquei prejudicado na divulgação do assunto que estou focalizando.

Hoje, tendo de presidir o início da sessão, não me foi possível focalizar a matéria, formulando meu protesto pela aquisição da manteiga européia e pela venda de grande volume de feijão mexicano, o "ojo de cabra", que nos custou muito caro. E aqui podia fazer um trocadilho: custou "os olhos-da-cara" do povo brasileiro.

Espero que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, tome conhecimento do fato. Sei que Sua Excelência não pode tomar ciência de tudo, a não ser através de amigos. E amigos são esses que dizem a verdade — como ora faço — apoiando o Presidente, mas apontam as falhas de alguns auxiliares seus.

Declarei, no início de minha oração, que estimaria muito Sua Excelência desse — vou repetir — um "ojo-de-orelhas" no Ministro "do Arroz", porque S. Ex.^a está fugindo ao debate no Senado. Foi convocado há três meses, para discorrer sobre o problema da importação de leite-e-pó, que tem correlação com a importação de manteiga. S. Ex.^a manda um ofício, dizendo que está ocupado, que não pode vir. Como realmente mantém correspondência epistolar com esta Casa, nem sequer posso valer-me da Lei de Responsabilidade, para chamar S. Ex.^a às falas, em termos constitucionais e regimentais.

Assim, lanço meu protesto veemente contra a importação da manteiga européia.

Não há necessidade, Sr. Presidente. Não foi feita análise no mercado, não há escassez do produto. O que mais me impressiona é a informação que tenho de que o produto, embora adquirido por preço muito baixo, será vendido pela tabela da SUNAB.

Não é assim que se há de baratear o custo de vida nem se popularizar um Governo que, se pessoalmente é honesto, tem alguns auxiliares que podem não ser desonestos mas que estão agindo assodadamente. E assim prejudicam esta Nação, cujo poder aquisitivo é baixo e que vai consumindo as nossas divisas, deteriorando o que há de mais sagrado no povo, que é a capacidade de produzir. Inegavelmente, essa importação da manteiga, ou o caso do misterioso feijão mexicano, importa em cessimmo a todos nós brasileiros.

Aqui ficam, Sr. Presidente, as minhas palavras de representante do povo contrariado com o que se vem passando em torno de um problema que a SUNAB tem ignorado e, principalmente, com a ação, que me per-

doe o Sr. Ministro da Agricultura mas é verdade, com a ação tanta e mistica do pior Ministro da Agricultura que o Brasil conheceu até hoje.

Sr. Presidente, terminadas estas considerações queria pedir permissão a V. Ex.^a para dizer que entrei a mesa, no dia de hoje, alguns requerimentos de informações versando sobre os seguintes temas:

Solicitando ao Ministério dos Transportes — DNER — informações sobre a não existência de sinalização dentro do município de Sapucaia, no distrito de Anta, Estação do Rio de Janeiro.

Sobre este requerimento gostaria de fazer, aqui, pequenas considerações, em uma curva, dentro do Distrito de Anta, onde não há sinalização — "devagar", "atenção", "cuidado" — escola.

Este problema da sinalização é assunto grave. Em alguns lugares onde não há necessidade de sinalização, nos vemos — V. Ex.^a sabe porque percorre as estradas — "mantenha sinalização". Sinalização não tem, mas pede para manter a sinalização. "Conserve a direita", em lugares que sacrelas e qualquer cidadão que mantém normalmente o seu instinto de conservação segue implicitamente essas regras ao trânsito.

Mas nas cidades onde há escolas e há crianças trafegando, é chocante, Sr. Presidente, não há sinalização alguma. Em outros lugares vemos: — "Atenção animais cruzando as pistas".

Na localidade de Anta, no meu Estado, Município de Sapucaia, onde as crianças atravessam permanentemente a via, porque a estrada a divide em duas partes, não se colocam as advertências: "Atenção! crianças! Devagar! Velocidade máxima 40 quilômetros". O resultado é que o número de atropelamentos se sucede de maneira espantosa.

E neste instante, Sr. Presidente, faio, abordando este assunto, chocante, porque, tendo estado nessa localidade no dia 11 em companhia do Prefeito de Sapucaia, no momento em que almoçávamos, um caminhão em carreira desabalada atropelou um garoto de dez anos, e em tal velocidade que o menino ficou com seus restos espalhados a grande distância, e foi recomposto o cadáver dessa criança com muita dificuldade. E o DNER não pode ser insensível a esses problemas. E numa estrada que não é uma estrada estadual, é a Rio-Bahia.

Gostaria que o Sr. Elizeu Rezende visse nesse requerimento, não apenas um dos requerimentos formais que fazemos, mas percebesse que ele envolve um apelo urgente para que seja feita a sinalização no Distrito de Anta, no Município de Sapucaia, como também em outras localidades da Rio-Bahia, da Rio-Petrópolis, da União-Indústria e da Niterói-Vitória. Enfim, acho que posso falar em nome dos Srs. Senadores, que seja feita a sinalização nas estradas federais que dispõem de uma sinalização deficiente, abundante só em alguns lugares.

Isso me choca, Sr. Presidente. V. Ex.^a vê pela estrada afora "Mantenha a sinalização" e não há sinalização alguma. Parece até aquele aviso antigo da Hora do Brasil: "Aviso aos navegantes: Não há aviso aos navegantes".

Outro requerimento, Sr. Presidente, também ao Ministério dos Transportes — DNER — sobre a recuperação da ponte no Rio Paraíba, em Paraíba do Sul, no meu Estado. Ao Ministério do Interior, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, sobre a dragagem do canal Carmari, distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, também no meu Estado. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o não pagamento das últimas parcelas referentes às bolsas de estudo do PEBE.

Enfim, Sr. Presidente, são assuntos que preencho, tão logo receba a informação, tratar deles mais longamente, de vez que o Ministério conhece as bolsas, paga uma parte e, depois, aqueles que são beneficiados e contam que seus filhos poderão estudar no ginásio, não têm a segunda nem a terceira prestação, com todos os prejuízos para os beneficiários.

Ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Comissão de Marinha Mercante, STBG — informações sobre restabelecimento do serviço de barcas para a Ilha do Governador, na Baía da Guanabara. Também ao Ministério do Transporte — DNER — sobre pavimentação da Estrada de Werneck, em Paraíba do Sul no meu Estado. Ao Ministério da Marinha — Instituto de Pesquisas da Marinha — informações sobre atividades do IPM.

E aqui eu faço um elogio ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Moreira, que vem realizando administração eficiente. Faço-o, a ele como cientista e não como pertencente à Marinha S. Ex.^a é hoje um orgulho para todos os brasileiros, e para a América do Sul. Trabalha arduamente, é disputado inclusive pela ONU onde iria receber verdadeira fortuna, para ministrar os conhecimentos que tem. Mas, com aquele sentimento verde-amarelo, prefere ficar aqui, trabalhando pelo interesse de nossa Pátria.

Ao Ministério da Agricultura, pedindo informações sobre a importação de gado. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS —, solicitando informações sobre concursos a serem admitidos pelo regime da Contribuição das Leis de Trabalho. Ao Ministério da Fazenda — Banco Central — informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE). Ao Ministério do Interior — DNOS — solicitando informações sobre dragagem e retificação da bacia do Rio Macaé, no Estado do Rio. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS —, solicitando informações sobre instalação de um posto de atendimento de urgência (antigo SAMDU) em Paraíba do Sul, no meu Estado. Ao Ministério da Indústria e Comércio sobre a exportação de café para a Suécia. E, finalmente, ao Ministério do Interior, sobre a construção da galeria de águas pluviais da Rua das Palhas em Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram esses os assuntos que eu queria versar no dia de hoje. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima sessão ordinária a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 18 de junho de 1968

(Terça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1968 (nº 1.138-B-68, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre as duplicatas, e dá outras providências, tendo Pareceres, da Comissão de Constituição e Justiça: I — Sobre o Projeto, (Parecer nº 483-68) apresentando substitutivo; II — Sobre as Endas de Plenário (Oral) favorável às de ns. 4, 21, 31, 33 34 e 36 contrário às demais.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1968 (nº 1.139-68, na Casa de origem, de

iniciativa do Sr. Presidente da República, que considera de utilidade pública a Fundação Ford (Ford Foundation), com sede em New York, Estados Unidos da América, tendo Pareceres, (orais) das Comissões: I — Sobre o Projeto de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Projetos do Executivo, favorável. II — Sobre as emendas de Plenário; de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; de Projetos do Executivo, contrário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1968 (nº 1.245-B-68), na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede franquia postal às precatórias criminais, tendo Pareceres sobre o Projeto: da Comissão de Finanças, favorável, com a emenda que oferece sob nº 1-CP (Parecer nº 490-68); da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, (parecer oral); sobre a emenda de Plenário: das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, favoráveis.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dá ao Edifício do Ministério das Relações Exteriores, da Capital da República, a denominação de "Palácio dos Arcos", tendo Pareceres, sob ns. 83, 84 e 374, de 1968, das Comissões de Constituição e Justiça, pela juridicidade; de Relações Exteriores, pela rejeição; e de Segurança Nacional (audiência solicitada pelo Requerimento nº 127-68) — deixa de se pronunciar por não ter a matéria de sua competência.

5

Votação, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, de acordo com os arts. 265 e 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a aplicação da Lei nú-

mero 1.050, de 3 de janeiro de 1950, tendo Parecer, sob nº 495, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

6

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre as atividades da indústria farmacêutica e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 362, 363, 364, 365 e 366, de 1968, das Comissões: de Constituição e Justiça, pela aprovação nos termos de Substitutivo que apresenta; de Economia, 1º pronunciamento, solicitando audiência da Comissão de Finanças e do Ministério da Saúde; 2º pronunciamento, cumpridas as diligências, pela rejeição do Projeto e do Substitutivo; de Saúde, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça; de Finanças, contrário ao Projeto e ao Substitutivo.

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

Projeto de Lei nº 18-68 (C.N.), que declara prescritas as contas que menciona, e dá outras providências". (Comissão Mista: Presidente — Deputado Lauro Leitão; Relator — Deputado Francisco Amaral).

Dia 19-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 20-6 — Publicação do parecer; e

Dia 25-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

Prazo — Início: 29-5-68; e término: 7-8-68.

2

Projeto de Emenda Constitucional nº 4-68 (C. N.), que dá nova redação ao caput do art. 76, suprime os seus parágrafos 1º, 2º e 3º, o art. 77 e os seus parágrafos 1º, 2º e 3º, e dá nova redação ao seu § 1º, do art. 79 e ao art. 81 da Constituição Federal.

(Comissão Mista: Presidente — Senador Edmundo Levi; Relator — Deputado Raymundo Diniz).

Dia 18-5 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 18-6 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 19-6 — Publicação do parecer; e

Dia 26-6 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

PROJETO QUE DEVERÁ RECEBER EMENDAS PERANTE AS COMISSÕES

Nº 88-68 — Dispõe sobre os proventos da aposentadoria no regime de produtividade instituído pela Lei número 4.491, de 21 de novembro de 1964, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos)

ATO DO SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 63, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 224, da Resolução nº 6, de 1960, resolve prorrogar, por trinta dias, o prazo para a conclusão do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 48, de 5 de abril de 1968, atendendo às razões invocadas pelo Presidente da Comissão do referido Inquérito, constantes do seu Ofício nº 20-68.

Secretaria do Senado Federal, 14 de junho de 1968. — Dinarte Maris, 1º Secretário.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (C.N.).

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1968

Aos doze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às vinte e uma horas, na Sala da Comissão de Finanças, do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Senadores Achilles Cruz, Petrólio Portela, Paulo Torres, Milton Menezes, Guido Mondin, Bezerra Neto e Oscar Passos e os Senhores Deputados Manoel Rodrigues, Lauro Leitão, Milton Brandão, Ezequias Costa e Lurtz Sablá, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1968 (CN), que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Pedro Carneiro, Dylton

Costa e Péricles Pedro e os Senhores Deputados José Penado, Aécio Cunha, Minoru Miyamoto, Afonso Celso, Joel Ferreira e Leo Neves.

Fé lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica que a matéria volta à Comissão, em decorrência de questão de ordem formulada pelo Senhor Deputado Erasmo Pedro.

Em seguida, concede a palavra ao Senhor Senador Achilles Cruz que aceita a fundamentação da questão de ordem e propõe uma emenda substitutiva.

A Comissão por unanimidade dos membros presentes, aprova a proposta do Senhor Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Oficial Legislativo do Senado Federal e Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aaron Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Catete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rau Guberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite

José Guimard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermirio

Mário Martins

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna

Mário Martins

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Muet

Avaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Branco — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Muet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO,

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA
TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Príncipe
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA
TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA
TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA
TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA
TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA
TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA
TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
A. M. Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA
TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysto de Carvalho
Antonio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Mouy Andrade
Fernando de
Arnon de Melo
José Cândido

Wilson Gontagaes
Jose Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petra do Fortes
Jose Leite
Leandro Villela
Mello Brag
Jose Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Sezerra Neto
João Abranão
Josephat Marinho
Antonio Balduino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaça
Clodomir Millet

Julio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villaça
Melo Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tórres
Jose Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Lobão da Silveira

MDB

Ruy Carneiro
João Abranão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jose Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domicio Gondim
João Cleofas

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Jose Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy C

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Guimard
Fernando Corêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
Jose Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaça

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Ruy Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.